



**Tribunal de Contas
do Estado do Rio de Janeiro**

DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM 2004 E DE SEUS MUNICÍPIOS NOS ÚLTIMOS SEIS ANOS

Secretaria-Geral de Planejamento

Rio de Janeiro - Dezembro/2005

SUMÁRIO

I – ECONOMIA DO ESTADO EM 2004	2
Agropecuária.....	3
Indústria	3
Extrativa Mineral	4
Indústria de Transformação	4
Construção.....	7
Serviços Industriais de Utilidade Pública	7
Comércio Varejista.....	7
Comunicações	9
Transportes.....	9
Serviços	9
II – ECONOMIA DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS DE 1998 A 2003.....	10
III - ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA, TRANSFERÊNCIAS E RECEITAS DE ROYALTIES EM 2004	22
Receita Tributária.....	22
ICMS.....	22
Transferências Federais	25
Receitas de Royalties e Participações Especiais.....	26
IV - SITUAÇÃO FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS FLUMINENSES	27
Indicador de equilíbrio orçamentário em 2004:	33
Indicador do comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa em 2004:	33
Indicador da autonomia financeira em 2004:	34
Indicador do esforço tributário próprio em 2004:.....	35
Indicador da dependência de transferências de recursos em 2004:.....	38
Indicador da carga tributária per capita em 2004:.....	39
Indicador do custeio per capita em 2004:	39
Indicador dos investimentos per capita em 2004:	40
Indicador do grau de investimento em 2004:	41
Indicador da liquidez corrente em 2004:	42
V - ANÁLISE DO DESEMPENHO POR REGIÃO DE GOVERNO.....	43
Tabela 1 - Receitas de 2004 e sua variação nos últimos seis anos.....	49
Tabela 2 - Despesas de 2004 e sua variação nos últimos seis anos.....	51
Tabela 3 - Carga tributária per capita em 2004.....	53
Tabela 4 - Custeio per capita em 2004	55
Tabela 5 - Investimento per capita e grau de investimento em 2004.....	57

I – ECONOMIA DO ESTADO EM 2004

Pelo segundo ano consecutivo, a economia do Rio de Janeiro teve um desempenho inferior ao da média nacional. Segundo estimativas preliminares produzidas pela Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV), o crescimento do PIB fluminense em 2004 foi de cerca de 1,3%, menos de um terço do crescimento de 4,9% do Brasil, segundo o IBGE.

O fraco desempenho do Estado do Rio de Janeiro foi determinado principalmente pelo diferencial de crescimento das indústrias de transformação e extrativa mineral em relação àqueles verificados no restante do país. Juntas, elas foram responsáveis por quase 70% do diferencial entre o crescimento do PIB nacional e do PIB fluminense em 2004.

O PIB fluminense, estimado em aproximadamente R\$203 bilhões, correspondeu, em 2004, a cerca de 12,11% do PIB nacional, abaixo dos 12,58% apurados para 2003 que, por sua vez, já haviam ficado abaixo do recorde recente de 12,82% alcançado em 2002.

A economia fluminense, que nos últimos anos da década passada e no início da atual, vinha crescendo a taxas mais elevadas que as do país, cresceu em torno de zero no biênio 2003-2004, enquanto a economia nacional deu um salto de 5,8% nos dois anos.

A seguir, os resultados dos principais setores de atividade do Estado serão comentados separadamente. Ao final, uma tabela-síntese apresenta o crescimento de cada setor em 2004 e sua contribuição para o resultado do Estado. A tabela a seguir apresenta o PIB total do Estado do Rio de Janeiro nos últimos 10 anos e a evolução de sua participação no PIB nacional.

Ano	Preços Correntes (R\$ Milhões) - RJ	Part. % RJ x Brasil	Taxa de Crescimento Real (%)
1995	69.197	11,37	
1996	80.124	10,95	-1,38
1997	90.350	11,02	4,17
1998	94.696	10,98	-0,04
1999	107.350	11,77	7,25
2000	129.799	12,71	11,58
2001	139.477	12,47	0,01
2002	163.438	12,82	6,37
2003	185.307	12,58	-1,40
2004	202.884	12,11	1,31

Fonte: Contas Regionais - IBGE

Agropecuária

A atividade agropecuária responde por menos de 1% do PIB fluminense, uma contribuição que fica muito aquém dos 9,6% da média nacional.

A lavoura canavieira, preponderantemente desenvolvida no norte do Estado, com uma participação de cerca de 30% da atividade agropecuária estadual, registrou um bom desempenho em 2004, com crescimento de 6,75% da produção. O desempenho das outras quatro principais lavouras do Estado, contudo, não foi homogêneo. Dos cinco principais segmentos da agropecuária fluminense, três apuraram crescimento e, dois, redução da produção. A tabela a seguir apresenta o desempenho dessas atividades no Estado e no país.

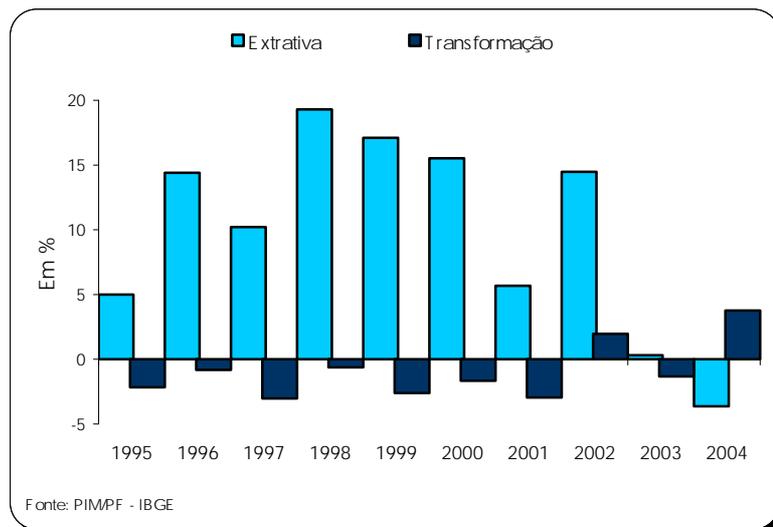
	Rio de Janeiro (mil t)			Brasil (mil t)		
	2003	2004	Variação %	2003	2004	Variação %
Cana de Açúcar	7.234,8	7.723,4	6,75	396.012,2	409.636,4	3,44
Tomate	173,0	203,2	17,45	3.708,6	3.421,3	-7,75
Mandioca	154,7	176,2	13,92	21.961,1	24.020,4	9,38
Banana	161,8	160,9	-0,55	6.801,0	6.500,6	-4,42
Laranja	104,0	69,2	-33,47	16.917,6	18.288,0	8,10

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola e Produção Agrícola por Município – IBGE (em mil t)

Indústria

A indústria continua ganhando espaço como o setor mais importante da economia fluminense. O PIB de seus quatro subsetores – extrativa, transformação, construção e serviços de utilidade pública – representou, em 2002, último ano com dados de PIB regional disponíveis pelo IBGE, quase a metade (49,6%) do PIB do Rio de Janeiro. Na indústria nacional, o peso de 40,1% no total do PIB é quase 10 pontos percentuais inferior.

Em 2004, a produção industrial do Estado do Rio de Janeiro cresceu 2,4%, segundo dados da PIM-PF do IBGE, dado que contrasta com os 8,3% de crescimento no Brasil. O desempenho dos principais segmentos industriais foi heterogêneo nos últimos anos. A indústria de transformação cresceu 3,8%, o segundo resultado positivo dos últimos 10 anos. Já a indústria extrativa, registrou variação de -3,6%, a primeira taxa negativa desde 1992. Considerando-se a nova série de produção industrial, reconstituída pelo IBGE desde 1991, esta é a primeira vez que o crescimento da produção da indústria de transformação supera o da indústria extrativa.



Extrativa Mineral

A paralisação temporária da produção em algumas plataformas petrolíferas da Bacia de Campos fez com que a produção do setor extrativo mineral no Estado, representado quase que exclusivamente por petróleo e gás, decrescesse 3,6%.

Nos 10 anos imediatamente anteriores ao biênio 2003-2004, a indústria extrativa fluminense havia vivido um surto de expansão sem precedentes na história. Entre 1993 e 2002, a produção praticamente triplicou, com um crescimento acumulado de 191%. O fraco desempenho da indústria extrativa pelo segundo ano consecutivo, embora se justifique em parte por fatores conjunturais, parece indicar que a fase de rápida expansão deste setor no Estado, alavancada por fortes investimentos, está perdendo ritmo. Entre 1994 e 2002, a participação da produção fluminense de petróleo no total nacional saltou de 66% para 83%. Em 2003 e 2004, esse número estagnou-se na casa dos 82%.

Entre os motivos concorrentes para a mudança de tendência estão a própria dinâmica de investimentos no setor ao longo do tempo e a descoberta de poços de petróleo economicamente viáveis no Estado do Espírito Santo e de gás natural na Bacia de Santos, um mega-projeto de energia que será tocado pelo país nos próximos anos. Com a eventual diminuição na velocidade de implementação de novos investimentos na atividade petrolífera, a economia do Estado do Rio de Janeiro, que ganhara maior dinamismo às custas do aumento da concentração na atividade extrativa, vive agora o desafio da diversificação, sob risco de passar por dificuldades para crescer no futuro próximo.

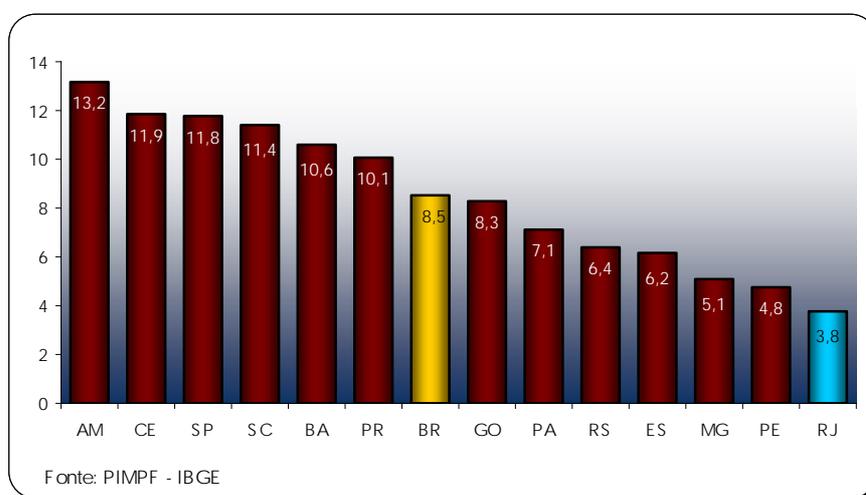
Indústria de Transformação

A produção da indústria de transformação fluminense cresceu 3,8% em 2004. Apesar de este ser o maior crescimento do setor em mais de 10 anos, a diferença em relação aos 8,5% de crescimento da indústria de transformação nacional - usando como referência a PIM-PF do IBGE - é uma das maiores entre

todos os segmentos econômicos e explica parte significativa da diferença entre o desempenho do PIB do Estado e do país naquele ano.

Outro motivo para considerar com bastante moderação o fato de esta ser a maior taxa de crescimento em mais de 10 anos, é que, entre 1995 e 2004, este segmento da indústria só cresceu em duas ocasiões: em 2002 e no ano passado. Durante este decênio, a produção física da indústria de transformação fluminense diminuiu 9,3%, enquanto a nacional acumulou 18% de crescimento, com sete resultados positivos.

A taxa de crescimento da indústria de transformação do Estado do Rio de Janeiro em 2004 foi a menor entre os 13 estados acompanhados sistematicamente pelo IBGE, tendo sido quase 10 pontos percentuais (p.p.) inferior à do Amazonas (13,2%) e 8 p.p. inferior à de São Paulo (11,8%), como ilustra o gráfico a seguir:



Além do esvaziamento econômico do Estado nos últimos anos, à exceção da indústria petrolífera, a pequena diversificação da indústria do Estado explica o fraco resultado em comparação com o da média do país. Como exemplo, gêneros como os de máquinas e equipamentos e de material eletrônico e equipamentos de comunicação, responsáveis por cerca de 1,4 ponto percentual do crescimento da indústria de transformação no plano nacional, possuem participação desprezível na economia fluminense. O primeiro é produtor de bens de capital e o segundo, prioritariamente, de bens de consumo duráveis, dois dos que alavancaram o crescimento do país no ano passado.

A decomposição setorial do resultado da indústria de transformação fluminense em 2004 mostra que as maiores contribuições para o crescimento de 3,8% vieram dos gêneros veículos automotores (contribuição de 1 p.p.), refino de petróleo e álcool (0,9 p.p.), minerais não metálicos (0,9 p.p.) e bebidas (0,6 p.p.).

A produção de veículos automotores registrou crescimento de 23,24% em 2004. Embora tenha uma participação ainda pequena na indústria do Rio, em torno de 4%, este segmento pode ganhar relevância nos próximos anos, com a expectativa de que novas marcas venham a se instalar no Estado, que apresenta vantagens comparativas, como a proximidade de portos, indústrias metalúrgicas etc.

A atividade de refino de petróleo e álcool cresceu 6,17%. A tendência, diversa da registrada na extração, é justificada pela expansão na atividade alcooleira e pelo refino de estoques e de óleo importado. O segmento de minerais não metálicos cresceu no Rio de Janeiro 23,21%, bem acima dos 4,85% da média nacional, sinalizando um início de recuperação da indústria da construção no Estado. A produção de bebidas cresceu 11,04%, quase o dobro do crescimento de 5,81% no plano nacional.

O setor têxtil surpreendeu com um crescimento de 20,21%, superior ao da média nacional mas, com um peso relativamente pequeno, contribuiu com apenas 0,27 p.p. para o crescimento da indústria fluminense no ano passado. A tabela de produção física da indústria, a seguir, ilustra as maiores influências na composição do PIB no Rio de Janeiro e no Brasil.

Atividades Industriais	Rio de Janeiro			Brasil		
	Influência em p.p.	Variação %	Peso %	Influência em p.p.	Variação %	Peso %
Veículos automotores	1,04	23,24	4,48	2,18	29,86	7,30
Minerais não metálicos	0,93	23,21	4,01	0,18	4,85	3,71
Refino de petróleo e álcool	0,87	6,17	14,10	0,18	2,32	7,76
Bebidas	0,63	11,04	5,71	0,18	5,81	3,10
Têxtil	0,27	20,21	1,34	0,29	10,13	2,86
Alimentos	0,22	3,06	7,19	0,53	4,12	12,86
Perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza	0,21	9,38	2,24	0,20	11,89	1,68
Metalurgia básica	0,13	0,97	13,40	0,21	3,35	6,27
Farmacêutica	-0,02	-0,24	8,33	0,03	0,93	3,23
Borracha e plástico	-0,21	-5,50	3,82	0,29	7,79	3,72
Outros produtos químicos	-0,35	-4,02	8,71	0,53	6,96	7,61
Edição, impressão e reprodução de gravações	-0,63	-7,38	8,54	-0,11	-2,38	4,62
Indústrias Extrativas	-0,65	-3,63	17,91	0,22	4,29	5,13
Subtotal	2,44	2,44	99,76	4,91	7,03	69,86
Máquinas e equipamentos	---	---	---	0,98	16,12	6,08
Material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações	---	---	---	0,52	17,80	2,92
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	---	---	---	0,34	9,97	3,41
Celulose, papel e produtos de papel	---	---	---	0,33	7,92	4,17
Máquinas para escritório e equipamentos de informática	---	---	---	0,29	33,55	0,86
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	---	---	---	0,19	7,07	2,69
Outros	---	---	---	0,73	7,16	10,20
Subtotal				3,38	11,15	30,33
Total	2,44	2,44	99,76	8,29	8,29	100

Fonte: PIM/PF - IBGE

Construção

Depois de sofrer, em 2003, uma das maiores quedas de sua história, a indústria de construção voltou a crescer de forma modesta em 2004. Medido pelo Sindicato Nacional da Indústria de Cimento (SNIC), o consumo nacional de cimento cresceu 1,0% e o do Rio de Janeiro, 2,3%.

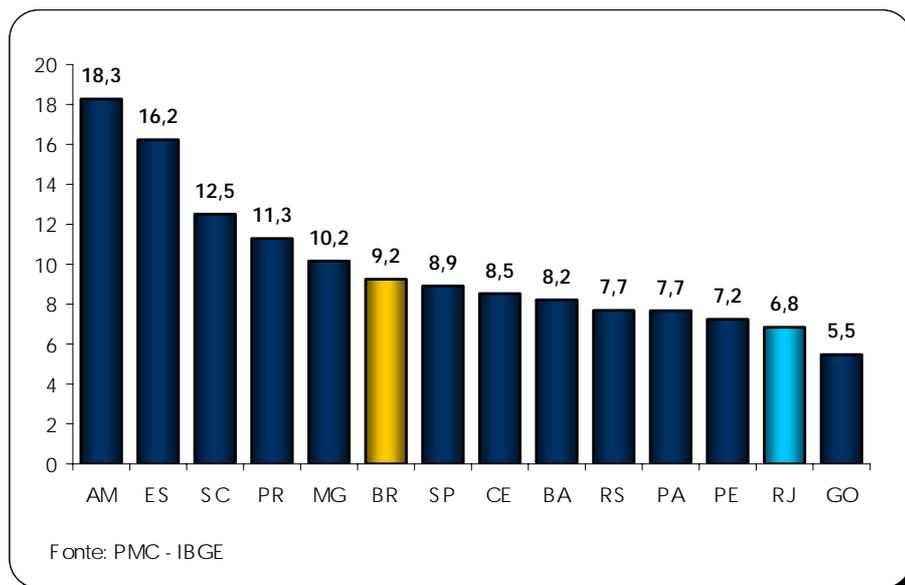
A perda de participação relativa no PIB nacional e do Estado nos últimos anos impressiona e reflete o enfraquecimento do mercado imobiliário e a retração dos investimentos em infra-estrutura no país. No final da década passada, a indústria da construção representava cerca de 10% do PIB brasileiro e do Estado do Rio de Janeiro. Em 2002, segundo dados do IBGE, esta participação já havia caído para 7,3% e 6,0%, respectivamente.

Serviços Industriais de Utilidade Pública

Os serviços industriais de utilidade pública (SIUP) costumam reagir com algum atraso e de forma lenta ao impulso de crescimento mais acelerado de outros setores. Medido nesta pesquisa pelo consumo de energia elétrica, gás encanado e água, segundo dados da Fundação CIDE, o PIB do setor SIUP fluminense teria crescido, numa estimativa preliminar, 1,4% em 2004, menos que os 5,0% registrados ao nível nacional. Este crescimento foi motivado pelo bom desempenho do segmento de gás encanado, cujo consumo cresceu 21,4% em 2004, enquanto o consumo de energia, segundo dados disponíveis até setembro daquele ano, reduziu-se em 0,6% e o de água declinou, segundo informações da CEDAE e subsidiárias ao CIDE, cerca de 10,5%.

Comércio Varejista

O volume de vendas do comércio varejista fluminense cresceu 6,8% em 2004, compensando os maus resultados dos dois anos anteriores. Como se pode observar no gráfico a seguir, o desempenho do comércio varejista do Rio de Janeiro em 2004, embora bem superior ao dos últimos anos, ficou abaixo da média de 9,2% no plano nacional.



Em comparação com o desempenho do comércio no plano nacional, as vendas cresceram menos em todos os segmentos, como ilustra a tabela a seguir.

Atividades	2004		3 anos ^(*)	
	RJ	BR	RJ	BR
Comércio Varejista	6,8	9,2	-0,2	4,5
Veículos, motos, partes e peças	13,1	17,8	-2,8	-9,3
Combustíveis e lubrificantes	-0,8	4,6	1,7	5,8
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	5,3	7,2	-12,1	0,2
Hipermercados e supermercados	5,6	7,5	-11,0	1,4
Tecidos, vestuário e calçados	-2,0	4,7	-14,5	0,2
Móveis e eletrodomésticos	22,8	26,4	15,3	24,6

Fonte: PMC - IBGE

^(*) Variação acumulada entre 2002 e 2004

No segmento de veículos, motos, partes e peças, o crescimento de vendas em 2004 alcançou 13,1% no Rio de Janeiro. Apesar disso, após vários anos em queda, a taxa de crescimento das vendas físicas acumuladas nos últimos três anos permaneceu negativa, em 2,8%. Já no segmento de móveis e eletrodomésticos, o crescimento vigoroso de 22,8% em 2004 tornou o crescimento acumulado nos últimos três anos positivo, em 15,3%.

As vendas do comércio varejista de supermercados e hipermercados, que haviam se reduzido muito nos últimos anos, cresceram 5,3% em 2004. Parte desse desempenho pode ser explicada pela expansão das vendas de duráveis nestas lojas. Mas a gradual recuperação da massa salarial ao longo do ano 2004 começou a surtir efeito também sobre as compras de não duráveis (alimentos, produtos de higiene e outros) durante o segundo semestre do ano e, mais especificamente, no último trimestre. Com isso, um movimento semelhante foi notado no segmento de tecidos, vestuário e calçados, de bens semiduráveis em sua maioria, que registrou redução de vendas de 2% em relação a 2003, embora, as vendas tenham se recuperado ao final do ano.

O segmento de combustíveis e lubrificantes é outro em que as vendas decresceram em 2004 (-0,8%), mas começaram a se recuperar no segundo semestre. O desempenho bem inferior ao da média nacional (crescimento de 4,6%) confirma o diagnóstico de que a economia fluminense cresceu em 2004 a uma taxa menos acelerada e a reboque dos segmentos que puxaram a economia nacional.

Comunicações

O setor de comunicações, cuja participação no PIB do Rio de Janeiro alcançou 2,3% em 2002, segundo dados do IBGE, apresentou desempenho negativo em 2004. Segundo dados da CIDE, o número de pulsos telefônicos caiu 1,11%. Estes números servem de referência para a estimativa de crescimento do PIB do setor de telecomunicações e não incluem a telefonia celular, que também não é contabilizada no PIB nacional. No Brasil, o PIB do setor de telecomunicações cresceu 2,0% em 2004, segundo dados do IBGE.

Transportes

O indicador mais apropriado para se estimar o desempenho regional do setor de transportes no Brasil é o consumo de óleo diesel, uma vez que grande parte dos meios de transporte se utiliza deste combustível. Em 2004, o desempenho do consumo de diesel no Rio de Janeiro ficou muito aquém do desejável, com redução de 3,24%, contra 6,7% de crescimento verificado no restante do país. Em termos acumulados no triênio 2002-2004, o Rio de Janeiro registra redução de 4,5% contra aumento de 5,5% no Brasil como um todo, segundo dados da ANP.

Serviços

Sendo o setor de serviços bastante pulverizado, caracterizado pela existência de muitas unidades produtivas com uma produtividade que varia lentamente ao longo do tempo, o desempenho regional do setor serviços é avaliado, na estimativa realizada pelo IBRE/FGV, levando-se em consideração a evolução do nível de emprego, segundo dados do CAGED, do Ministério do Trabalho. 4 Em 2004, a evolução do pessoal ocupado nos principais segmentos relacionados ao setor de serviços fluminense avançou de forma semelhante à do setor em termos nacionais, levando à utilização de uma taxa de crescimento para o PIB de serviços no Estado do Rio de Janeiro, para efeito de estimativa do crescimento do PIB total, idêntica à verificada no plano nacional, de 3,72%.

Por convenção metodológica adotada pelo IBGE no cálculo das Contas Nacionais, as taxas de variação do conjunto de atividades exercidas pelas administrações públicas são estimadas através do crescimento populacional. Dessa forma, admitiu-se para este setor, que representa aproximadamente 17% do PIB regional, segundo dados de 2002 do IBGE, um crescimento de 1,30% no Rio de Janeiro, em 2004.

A tabela a seguir sintetiza as informações relativas à estimativa produzida pelo IBRE/FGV para o crescimento do PIB do Estado do Rio de Janeiro, em 2004.

	Rio de Janeiro		
	Taxa de Crescimento (%)	Participação no PIB (%)	Contribuição (pontos percentuais)
Agropecuária	5,27	0,59	0,03
Indústria Extrativa	-3,63	23,93	-0,87
Indústria de Transformação	3,77	16,18	0,61
Construção	2,25	5,99	0,14
SIUP	1,35	3,50	0,05
Comércio	6,84	5,00	0,34
Comunicações	-1,11	2,25	-0,02
Transportes	-3,24	1,78	-0,06
Serviços	3,72	23,66	0,88
Administração Pública	1,30	17,12	0,22
Total (PIB)		100,00	1,32

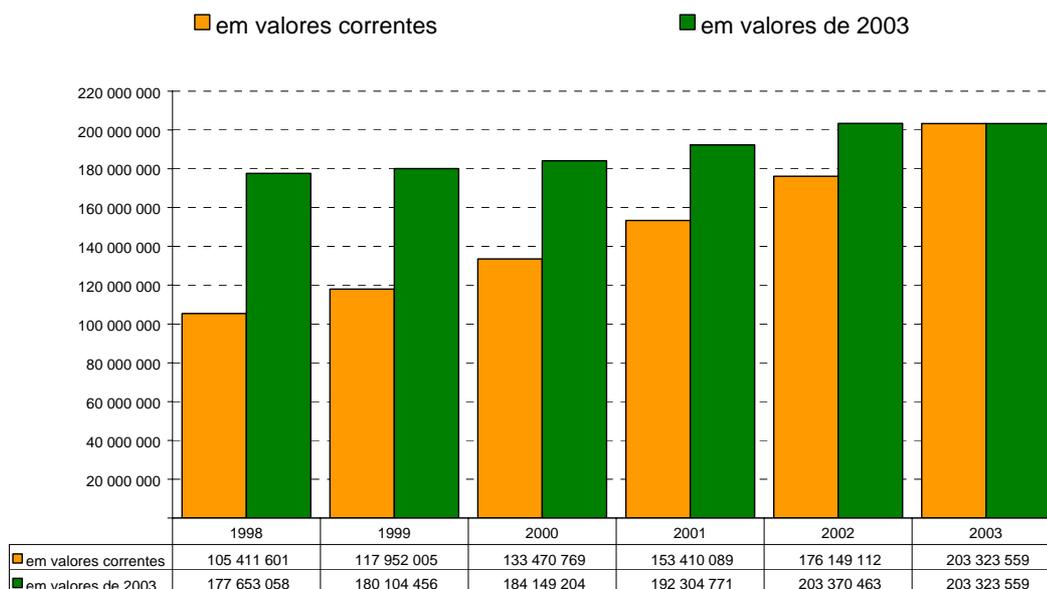
Fonte: IBGE, Fundação CIDE, SNIC

II – ECONOMIA DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS DE 1998 A 2003

Os números definitivos e abertos por município em 2004 somente estarão disponíveis no próximo ano, cabendo, portanto, analisar os dados do PIB estadual, regional e local até 2003. A Fundação CIDE utiliza metodologia diversa daquela adotada pelo IBGE, apresentada na introdução deste capítulo.

O PIB do Estado em 2003, a preços básicos, de acordo com a CIDE, foi de R\$ 203 bilhões, dos quais a capital participou com 48,7% e a extração de petróleo e gás com 17,9%. Houve um crescimento real de 12,6% no período de 1998 a 2003¹.

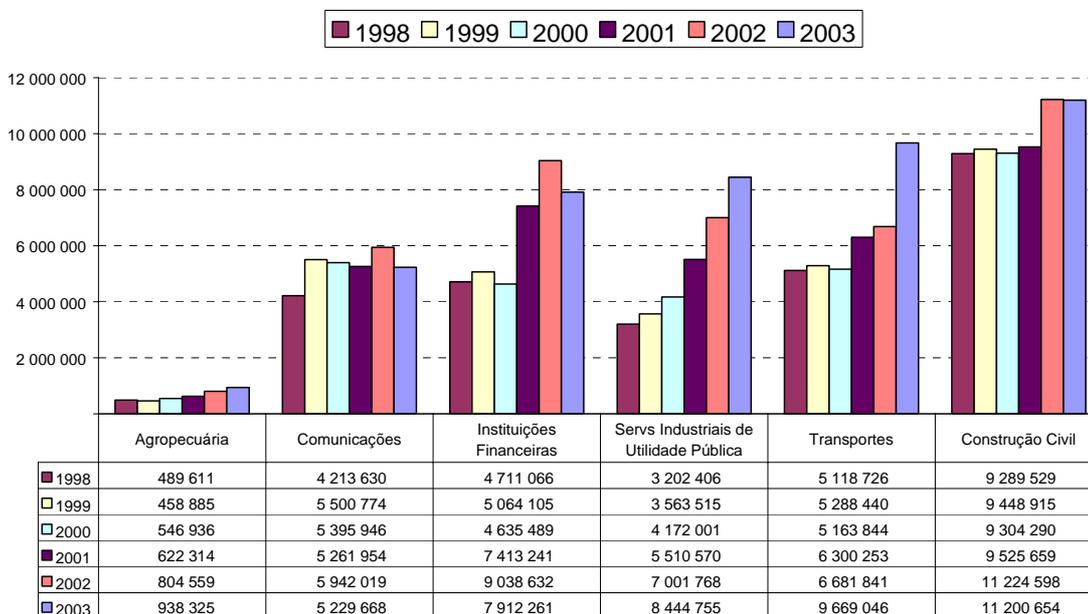
PIB a preços básicos - evolução de 1998 a 2003 (R\$ mil)



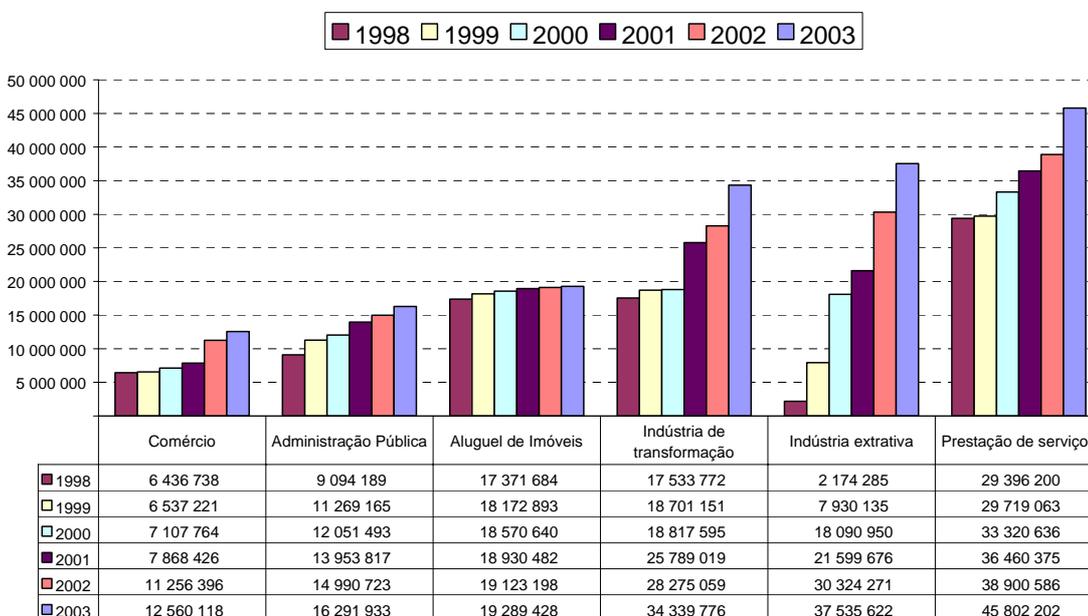
¹ Dados de 2003 preliminares, acesso em 20/07/05, em <http://www.cide2.rj.gov.br/secao.php?secao=3>. Utilizados os seguintes inflatores a juros compostos: 1998 – 10,374%; 1999 – 10,671%; 2000 – 10,065%; 2001 – 8,575%; 2002 – 15,454%.

Os gráficos a seguir apresentam as evoluções dos setores da economia ² em todo o Estado.

Evolução do PIB estadual em valores correntes (R\$ mil)

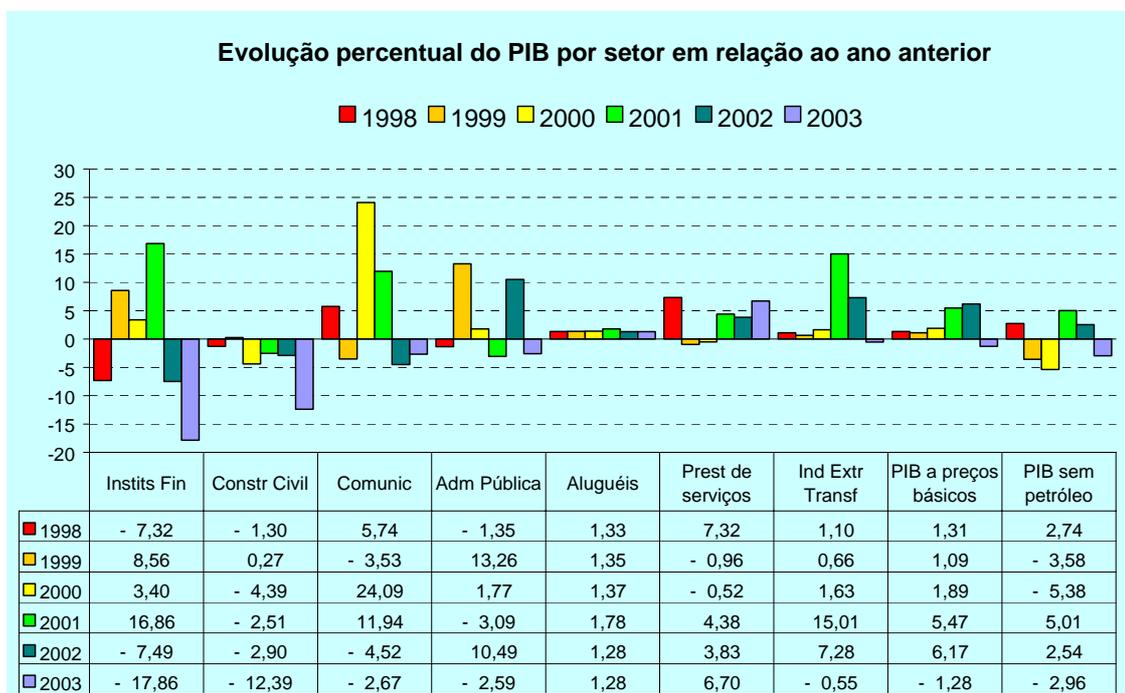
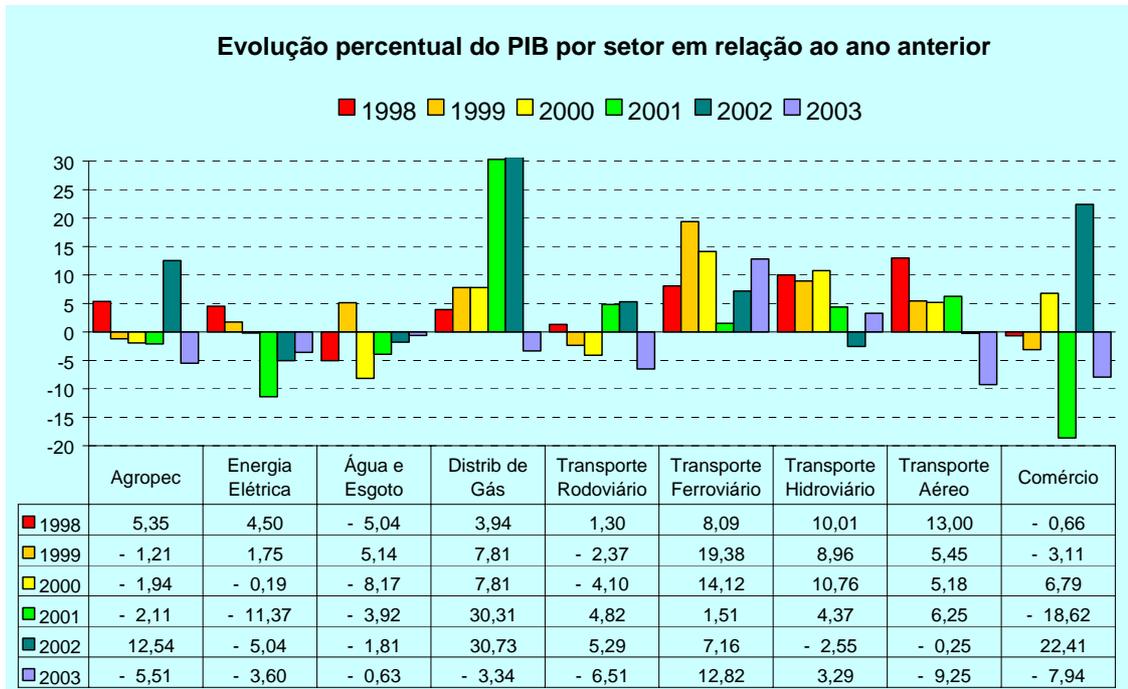


Evolução do PIB estadual em valores correntes (R\$ mil)



² Dados setoriais sem imputação de intermediação financeira.

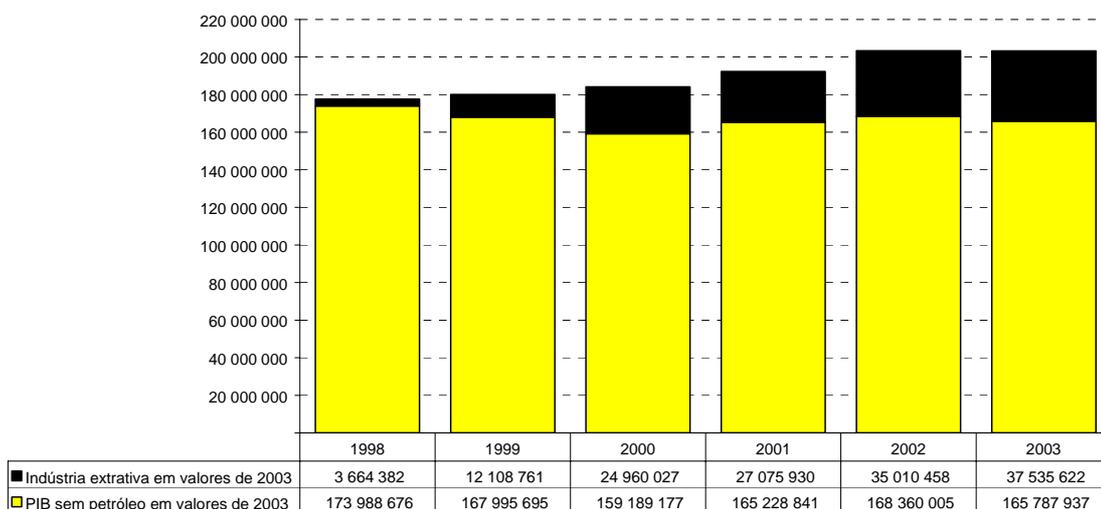
O comportamento da variação anual é apresentado nos gráficos a seguir, onde se observa que somente transporte ferroviário teve crescimento continuado, tendo os demais setores apresentado comportamento instável e, energia elétrica, água e esgoto e construção civil, as piores performances.



Em uma avaliação mais rigorosa, verifica-se que o PIB a preços básicos estadual, excluída a produção da Bacia de Campos, apresentou crescimento real negativo no período, com queda de 4,7%, como ilustra o gráfico a seguir:

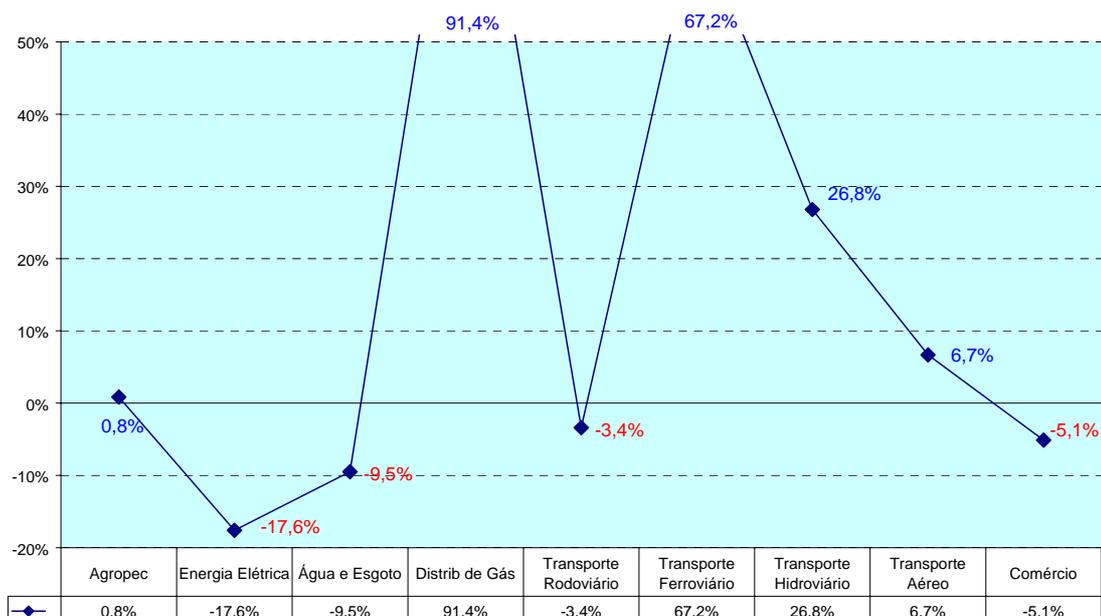
**Participação do petróleo na economia fluminense
(PIB a preços básicos - R\$ mil)**

■ PIB sem petróleo em valores de 2003
 ■ Indústria extrativa em valores de 2003

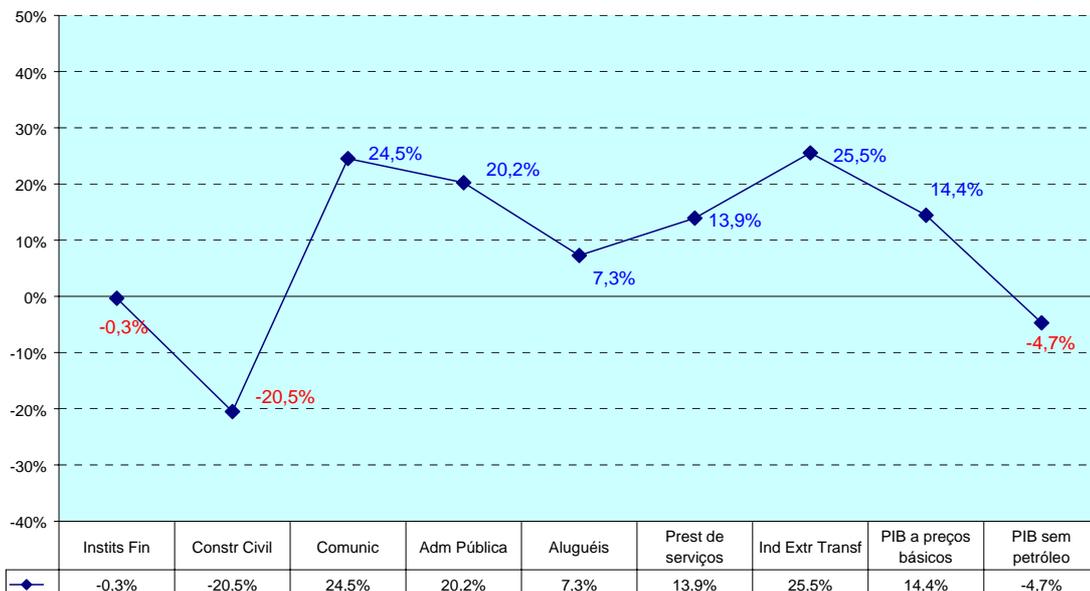


Os gráficos seguintes apresentam a evolução real de cada setor no período, onde podem ser observadas as excepcionais taxas de crescimento dos setores de distribuição de gás e transporte ferroviário.

Evolução do PIB por setor de 1998 a 2003

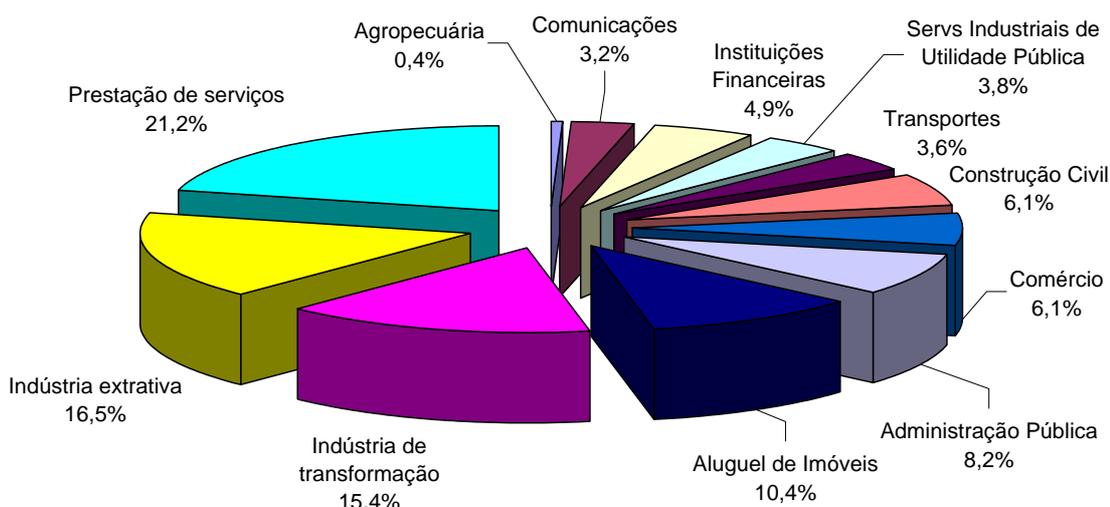


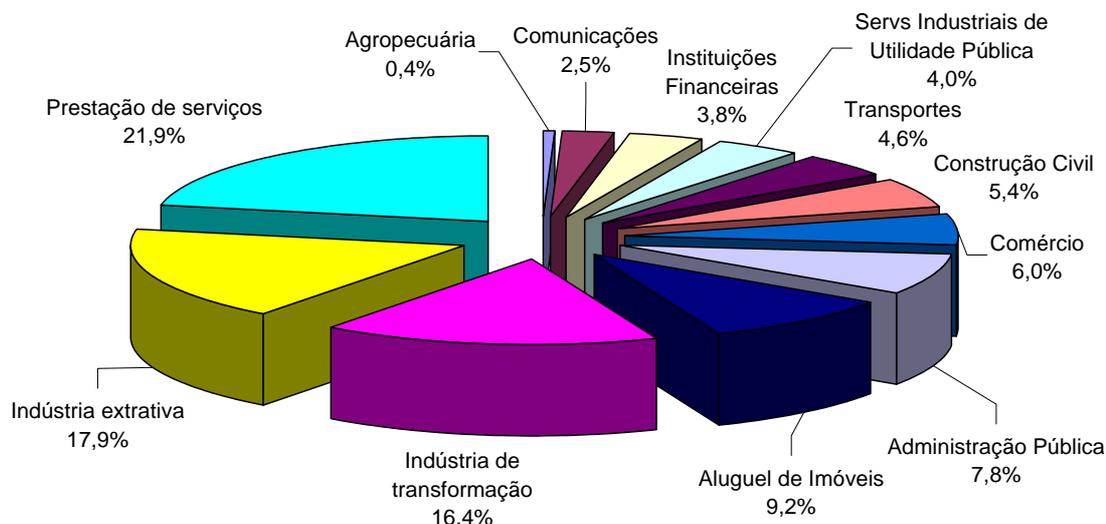
Evolução do PIB por setor de 1998 a 2003



As participações dos setores na formação do PIB estadual apresentaram algumas mudanças de 2002 para 2003, com crescimento relativo da produção de serviços industriais de utilidade pública, transporte, indústria extrativa e de transformação, bem como de prestação de serviços. Houve redução relativa de comunicações, instituições financeiras, construção civil, comércio, administração pública e aluguéis. O setor agropecuário manteve participação relativa eqüivalente nos dois anos, como demonstram as figuras a seguir:

Participação dos setores no PIB de 2002



Participação dos setores no PIB de 2003

A capital Rio de Janeiro, com PIB a preços básicos de R\$ 99,0 bilhões em 2003, representando 48,7% do total do Estado, liderou em todos os setores da economia estadual naquele ano, com exceção da agropecuária. Já a indústria extrativa de petróleo e gás alcançou a cifra de R\$ 36,3 bilhões, atingindo 17,9% do PIB estadual.

Na agropecuária, destacam-se, pela ordem: Campos dos Goytacazes, Barra do Piraí, Teresópolis, Trajano de Moraes, Sumidouro e Nova Friburgo.

Quanto à extração de outros minerais, Rio de Janeiro, São Francisco de Itabapoana, e Itaguaí lideram a produção estadual, seguidos de Cantagalo, Seropédica e São Gonçalo.

A indústria de transformação é mais presente na capital, em Duque de Caxias e Volta Redonda. Juntos, representam 73% do PIB do setor. Resende, Porto Real, Barra Mansa, São Gonçalo, Macaé, Belford Roxo, Petrópolis, Niterói e Nova Iguaçu são outros municípios que têm representatividade na indústria de transformação.

O comércio atacadista é mais forte em Duque de Caxias, seguido de Itaguaí, Macaé, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Porto Real e Campos dos Goytacazes. Já o comércio varejista tem Niterói à frente de Duque de Caxias, seguidos por Nova Iguaçu, São Gonçalo, Petrópolis, Macaé e Campos.

A construção civil tem em São Gonçalo e Nova Iguaçu seus mais fortes produtores, seguidos de Mesquita, Duque de Caxias, São João de Meriti, Niterói e Petrópolis.

Nos serviços industriais de utilidade pública, os geradores de energia Angra dos Reis, Macaé e Piraí, juntamente com Niterói, estão bem distanciados de São Gonçalo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu.

Nos transportes, Duque de Caxias retoma a liderança, seguido por Niterói, Volta Redonda, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Macaé e Itaguaí.

As comunicações apresentam destaque para Niterói, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Petrópolis, Campos dos Goytacazes, São João de Meriti e Macaé.

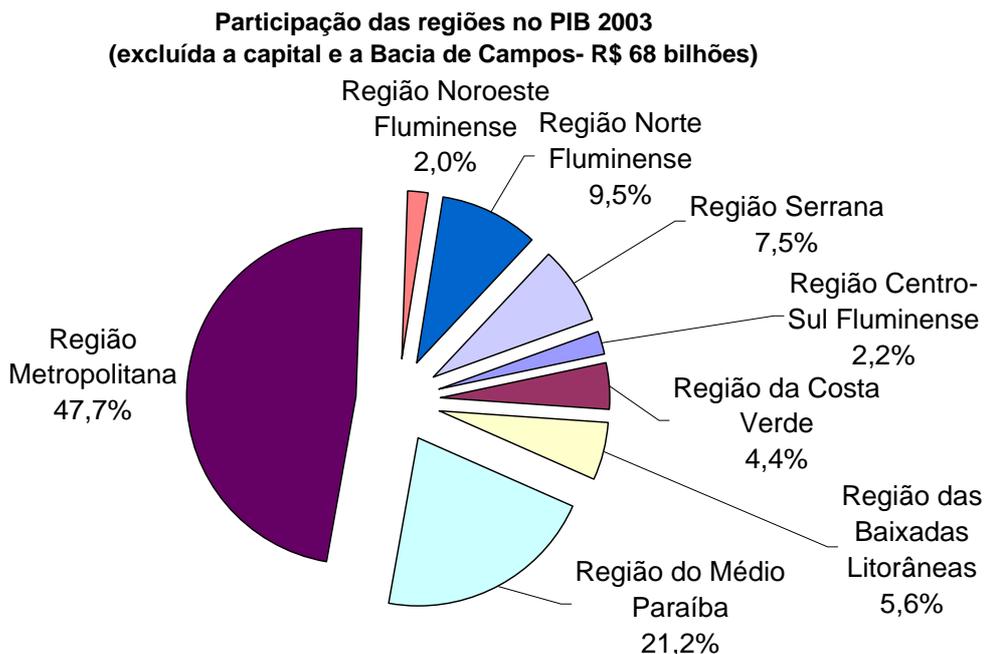
Quase noventa por cento das instituições financeiras concentram sua produção na capital, seguida por Niterói, Duque de Caxias, Campos dos Goytacazes, Nova Iguaçu, Volta Redonda, São Gonçalo, Macaé e Petrópolis.

Os aluguéis tem maior produção em São Gonçalo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu, seguidos de Niterói, Belford Roxo, São João de Meriti e Campos dos Goytacazes.

Os serviços têm em Macaé, Niterói e Duque de Caxias seus primeiros colocados, seguidos por Volta Redonda, Petrópolis e Campos dos Goytacazes.

A administração pública é mais forte em Niterói, Duque de Caxias, São Gonçalo, Volta Redonda, Petrópolis, Angra dos Reis e São Pedro da Aldeia.

Para uma melhor visualização da participação das regiões na economia estadual, depuramos no gráfico a seguir as participações da capital e da Bacia de Campos, reduzindo-se o PIB para aquilo que foi produzido apenas nos demais municípios, ou seja, 33,4% dos R\$ 203 bilhões.



Dos 17 municípios com PIB a preços básicos acima de R\$ 1 bilhão em 2003, sete pertencem à Região Metropolitana (capital, Duque de Caxias, Niterói, São Gonçalo, Nova Iguaçu, Belford Roxo e São João de Meriti), dois à Região Norte (Macaé e Campos), outros dois representam a Região Serrana (Petrópolis e Nova Friburgo), a Região do Médio Paraíba traz quatro municípios (Volta Redonda, Resende, Barra Mansa e Porto Real), e a Região da Costa Verde apresenta dois (Angra dos Reis e Itaguaí).

Naquele mesmo ano, 11 municípios tiveram PIB entre R\$ 500 milhões e R\$ 1 bilhão, sendo cinco da Região Metropolitana (Mesquita, Magé, Itaboraí, Nilópolis

e Queimados); Teresópolis representa a Região Serrana; Itatiaia, Barra do Piraí e Piraí, o Médio Paraíba; Cabo Frio, a Região das Baixadas Litorâneas; e Três Rios, a Região Centro-Sul Fluminense.

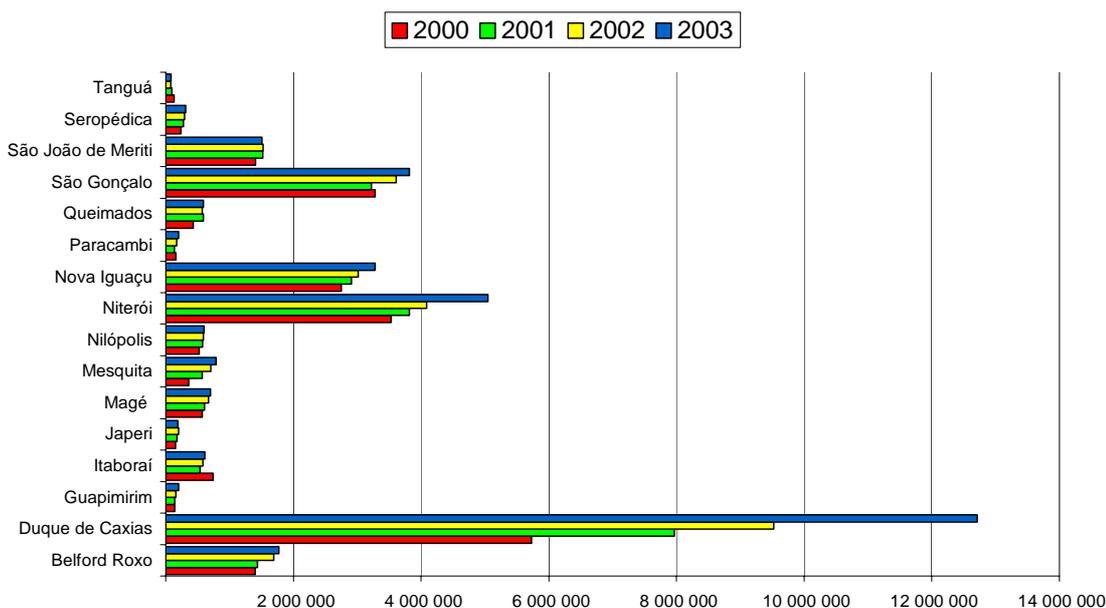
Entre R\$ 200 e R\$ 500 milhões de PIB, encontravam-se 13 municípios: Seropédica, da Região Metropolitana; Cantagalo da Região Serrana; Valença do Médio Paraíba; Itaperuna da Região Noroeste; Araruama, Cachoeiras de Macacu, Rio Bonito, Maricá, São Pedro da Aldeia, Rio das Ostras e Saquarema da Região das Baixadas Litorâneas; e Mangaratiba da Região da Costa Verde.

Entre R\$ 100 e R\$ 200 milhões haviam 18 municípios e outros 33 produziram menos de R\$ 100 milhões.

Nos gráficos que seguem, pode-se verificar os desempenhos dos municípios de cada região, entre 2000 e 2003.

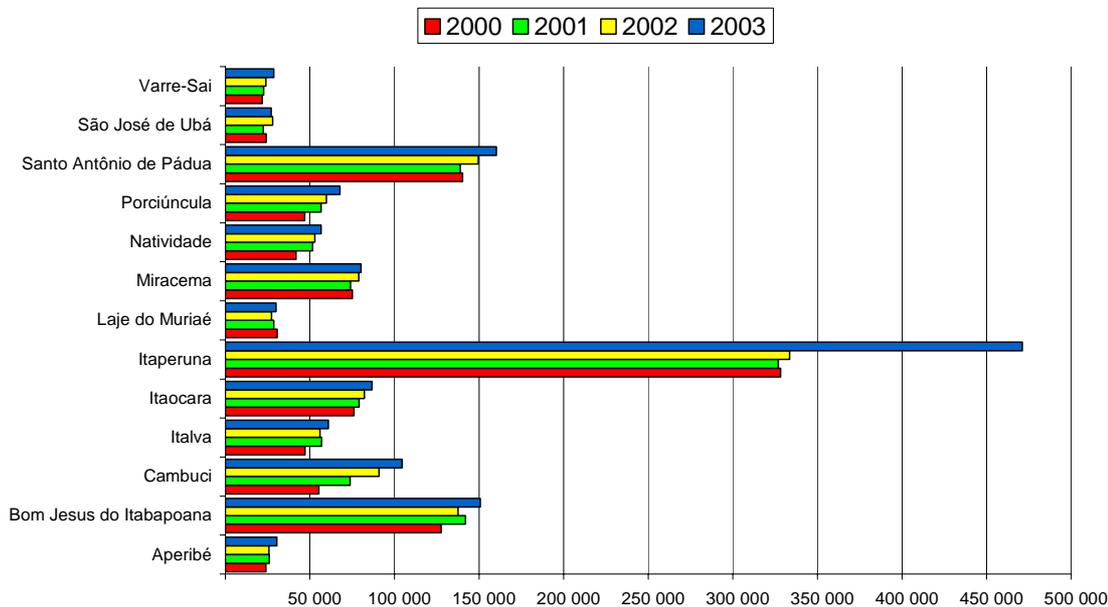
Na Região Metropolitana sem a capital, destaca-se Duque de Caxias (segundo PIB do Estado), seguido por Niterói, São Gonçalo, Nova Iguaçu, Belford Roxo, São João de Meriti e Mesquita (respectivamente quarto, quinto, sétimo, 12º, 13º e 20º). Note-se que a escala do gráfico é de zero a R\$ 14 bilhões.

Comparativo da evolução do PIB a preços básicos (R\$ mil correntes)



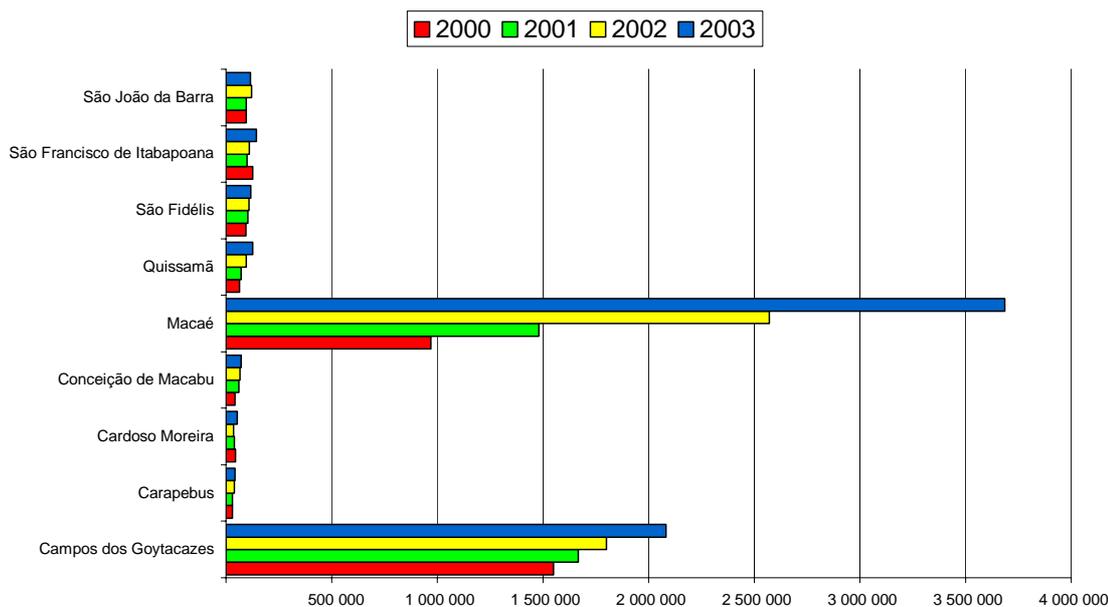
Na Região Noroeste Fluminense, destaca-se Itaperuna (29º PIB do Estado), à frente de Santo Antônio de Pádua e Bom Jesus do Itabapoana. A escala do gráfico vai de zero a R\$ 500 milhões.

Comparativo da evolução do PIB a preços básicos (R\$ mil correntes)



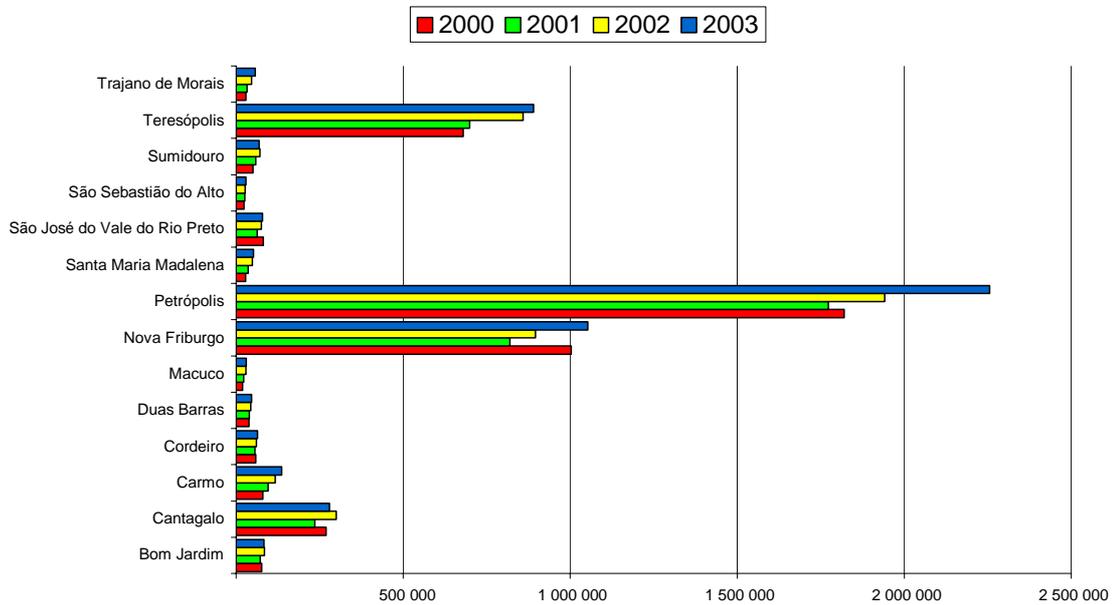
Destacam-se na Região Norte Fluminense os municípios de Macaé (sexto PIB do Estado) e Campos dos Goytacazes (décimo), já na escala de zero a R\$ 4 bilhões do gráfico seguinte.

Comparativo da evolução do PIB a preços básicos (R\$ mil correntes)



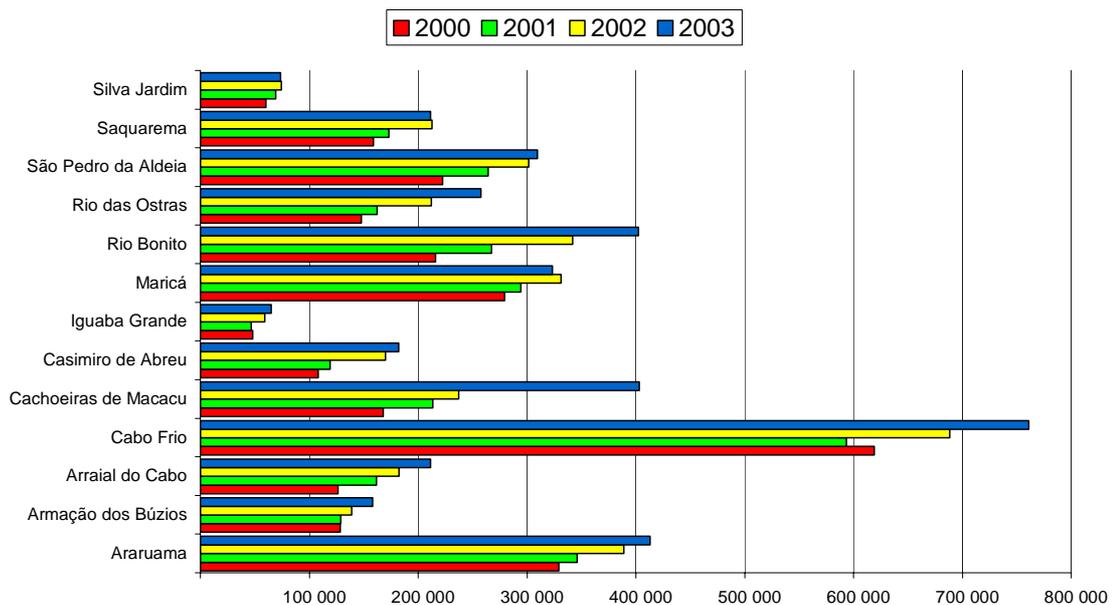
Na Região Serrana, Petrópolis (oitavo PIB do Estado) aparece bem à frente de Nova Friburgo e Teresópolis (16º e 18º), num gráfico com escala de zero a R\$ 2,5 bilhões.

Comparativo da evolução do PIB a preços básicos (R\$ mil correntes)



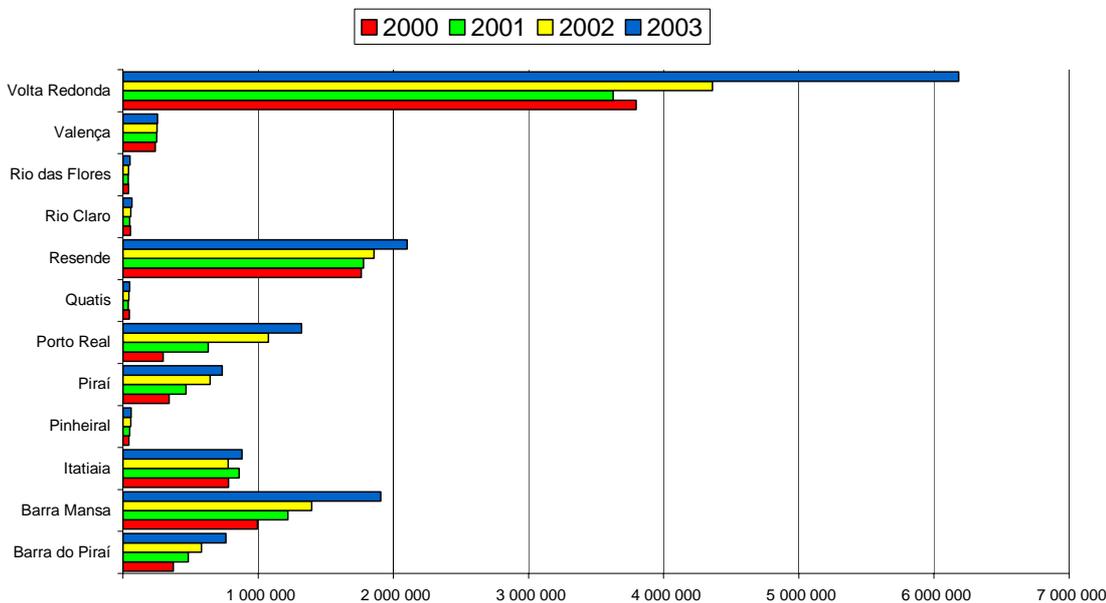
A Região das Baixadas Litorâneas é aquela que apresenta maior homogeneidade entre seus muitos municípios. Cabo Frio (22º PIB do Estado) é o destaque, seguido por Araruama, Cachoeiras de Macacu e Rio Bonito, num gráfico cuja escala é de zero a R\$ 800 milhões.

Comparativo da evolução do PIB a preços básicos (R\$ mil correntes)



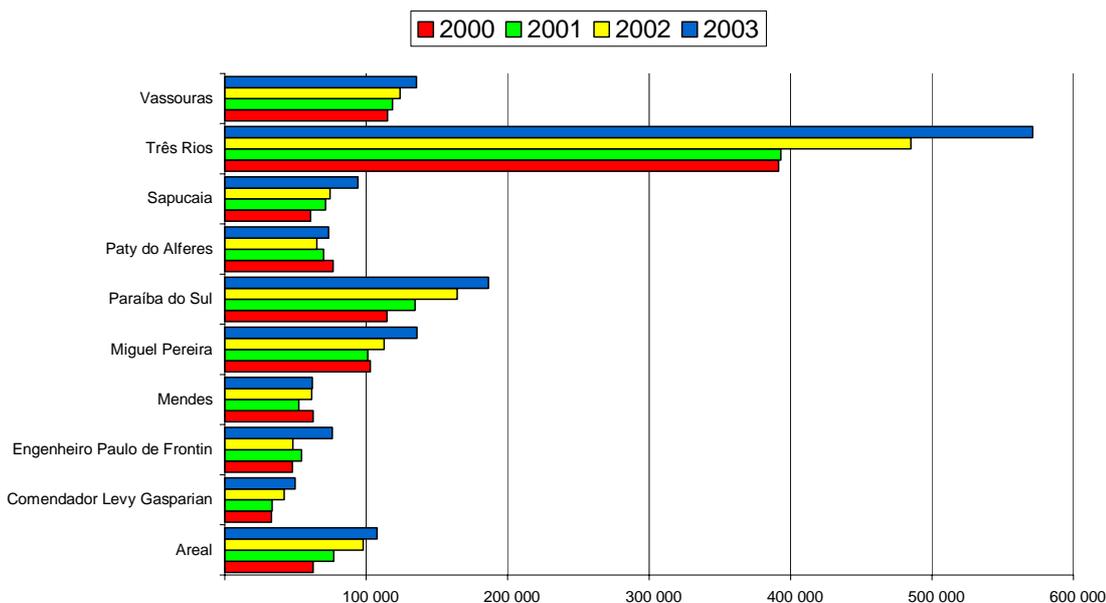
Na Região do Médio Paraíba, aparece o terceiro PIB do Estado, Volta Redonda, seguido de Resende, Barra Mansa, Porto Real e Itatiaia (nono, 11º, 15º e 19º), num gráfico cuja escala vai de zero a R\$ 7 bilhões.

Comparativo da evolução do PIB a preços básicos (R\$ mil correntes)



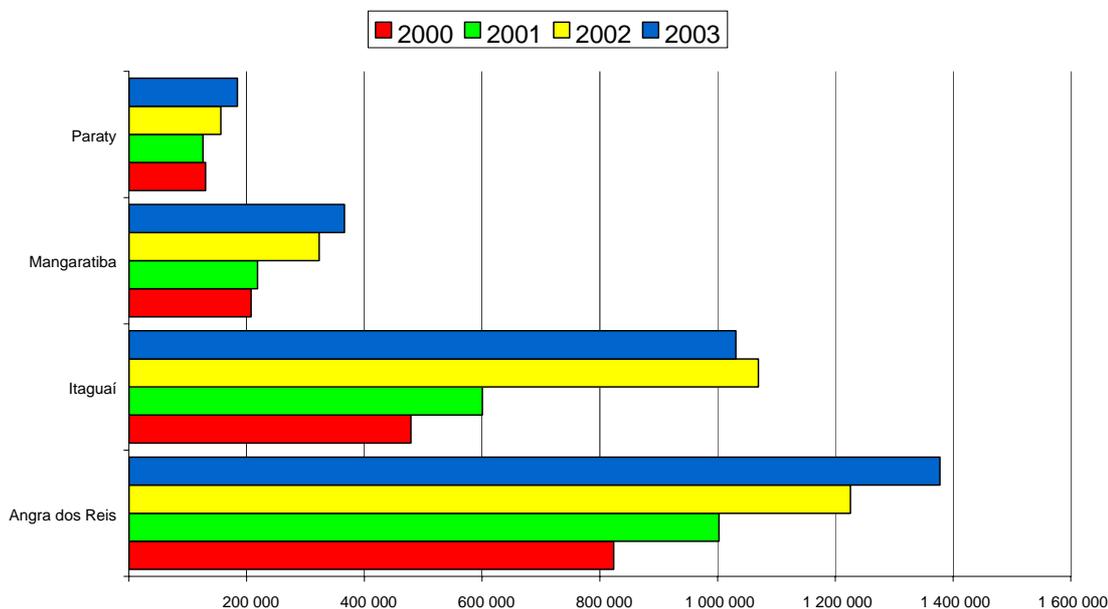
Na Região Centro-Sul Fluminense, desponta Três Rios (28º PIB do Estado), num gráfico cuja escala vai de zero a R\$ 600 milhões.

Comparativo da evolução do PIB a preços básicos (R\$ mil correntes)



A Região da Costa Verde tem forte participação de Angra dos Reis e Itaguaí, respectivamente 14º e 17º PIBs do Estado. A escala do gráfico vai de zero a R\$ 1,6 bilhão.

Comparativo da evolução do PIB a preços básicos (R\$ mil correntes)



Cumpra-se destacar que os vinte maiores municípios cobrem 75,1% do PIB estadual, o que, somados aos 17,9% da Bacia de Campos, cobrem 93,0% da produção local.

III - ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA, TRANSFERÊNCIAS E RECEITAS DE ROYALTIES EM 2004

Receita Tributária

A receita tributária do ano de 2004 totalizou R\$ 15.382 milhões, crescendo 11,16%, em termos reais, em relação ao ano de 2003. A receita de ICMS, principal imposto estadual, cresceu 8,95% em relação a 2003. Diante desta menor elevação, sua participação no total de receitas tributárias do Estado apresentou ligeira queda, passando de 85,35% para 83,65% do total arrecadado.

A maior taxa de crescimento foi apresentada pelo grupo denominado Outros³, que obteve crescimento real de 70,08% e aumento de participação sobre o total de receitas 0,59 ponto percentual. A participação desta rubrica, no entanto, é de menos de 2% do total. O FECP (Fundo Estadual de Combate à Pobreza) apresentou crescimento de 33,78% com relação ao ano anterior, contribuindo com 8,68% da arrecadação. Este aumento se explica pela reduzida base de comparação, pois a tributação, que teve início em 2003, não produziu resultados imediatos em termos de receita. Quanto aos demais tributos, o ITD (Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis") aumentou 4,15% e o IPVA apresentou crescimento de 5,24%. Essas informações são sumarizadas na tabela abaixo, em valores correntes.

Tributo	Acumulado Ano (R\$)		Variação (%)		Participação	
	2003	2004	Nominal	Real	2003	2004
ICMS	11.105.390.055	12.867.899.039	15,87%	8,95%	85,35%	83,65%
FECP	942.459.899	1.335.914.611	41,75%	33,78%	7,24%	8,68%
ITD	98.081.538	108.489.237	10,61%	4,15%	0,75%	0,71%
IPVA	719.792.827	806.844.856	12,09%	5,24%	5,53%	5,25%
Outros*	145.766.679	263.242.579	80,59%	70,08%	1,12%	1,71%
Total	13.011.493.001	15.382.392.326	18,22%	11,16%	100,00%	100,00%

Fonte: Secretaria de Estado de Fazenda

Valores apurados com base na data de recolhimento e não na do repasse financeiro.

* Inclui ITBI, Taxas (exceto incêndio e Detran), Dívida Ativa Tributária, Mora, Multa e Correção Monetária.

**Variação real pelo IPC-RJ (FGV)

ICMS

Em 2004, a arrecadação de ICMS no Estado do Rio de Janeiro apresentou um crescimento real de 8,95%, semelhante ao nacional (8,99%) e dentro da média dos estados do sul e sudeste (9,74%). O maior aumento de arrecadação foi verificado no Espírito Santo (19,5%) e o menor, no Rio Grande do Sul (0,76%). Com o crescimento registrado em 2004, o estado manteve sua participação na

³ Inclui ITBI, Taxas (exceto incêndio e Detran), Dívida Ativa Tributária, Mora, Multa e Correção Monetária.

arrecadação nacional de ICMS na faixa de 9,31% e passou para a terceira posição, atrás de São Paulo (33,21%) e Minas Gerais (9.56%). A próxima tabela mostra a variação real de arrecadação de estados selecionados em valores correntes.

Estados	R\$ 1.000		Variação (%)	
	2003	2004	Nominal	Real
Bahia	5.871.355	7.132.795	21,48	14,13
Minas Gerais	11.026.332	13.221.765	19,91	12,65
Espírito Santo	2.934.516	3.732.003	27,18	19,50
Rio de Janeiro	11.105.390	12.867.899	15,87	8,95
São Paulo	40.289.406	45.922.469	13,98	7,13
Paraná	6.709.704	7.824.124	16,61	9,66
Santa Catarina	4.684.610	5.258.225	12,24	5,53
Rio Grande do Sul	8.988.843	9.637.938	7,22	0,76
Brasil	119.299.285	138.274.812	15,91	8,99

Fonte: CONFAZ
Variação real pelo IPC-RJ (FGV)

O setor de serviços, que fora a principal atividade arrecadadora de ICMS no Estado no ano de 2003, apesar de ter apresentado crescimento de 2,56%, perdeu espaço no total de receitas, tendo sua participação se reduzido em 2,21 ponto percentual. O principal aumento verificou-se no setor de comércio atacadista, onde a receita cresceu 21,29% em relação a 2003, permitindo um incremento de participação de 15,81% em 2003, para 17,62% em 2004. A receita arrecada na indústria também teve desempenho destacado, crescendo 15,37% e superando em participação o setor de serviços. Os únicos desempenhos negativos foram verificados na agricultura e no grupo denominado Outros, com quedas de receitas de 7,15% e 51,62%, respectivamente. A receita de ICMS no Estado é apresentada em valores correntes por atividade econômica na tabela a seguir.

Atividade	R\$		Variação (%)		Participação (%)	
	2003	2004	Nominal	Real	2003	2004
Agricultura	982.271	970.526	-1,20	-7,15	0,01	0,01
Indústria	4.038.087.496	4.945.484.031	22,47	15,37	36,36	38,43
Comércio Atacadista	1.755.833.397	2.267.426.843	29,14	21,29	15,81	17,62
Comércio Varejista	830.900.898	941.649.986	13,33	6,44	7,48	7,32
Serviços	4.176.551.061	4.555.409.607	9,07	2,56	37,61	35,4
Outros	303.034.933	156.958.046	-48,20	-51,62	2,73	1,22
Total	11.105.390.056	12.867.899.039	15,87	8,95	100,00	100,00

Fonte: Secretaria de Estado de Fazenda
Valores Apurados com base na data de recolhimento, e não na do repasse financeiro.
Variação real pelo IPC-RJ (FGV)

O aumento da arrecadação proveniente da indústria foi impulsionado, principalmente, pelo setor petrolífero-petroquímico, que cresceu sua arrecadação em 31,70% em relação a 2003. O crescimento da receita deste setor pode ser explicado, em parte, pelo aumento de 10,21% do volume de petróleo refinado no Estado. Contribuiu também para o acréscimo a antecipação de receita obtida pelo Estado junto à Petrobrás, no mês de janeiro, que totalizou R\$ 450 milhões. As atividades de supermercados subiram 47,93%, impulsionando as receitas do setor de comércio. Outra atividade que obteve crescimento destacado foi a de transporte viário, com acréscimo de 34,17%. O aumento relativamente pequeno do setor de serviços pode ser explicado pela queda na arrecadação nas atividades relacionadas à comunicação. Estas atividades, que representam 17,91% do total arrecadado, tiveram uma redução de 3,66% em relação a 2003. A tabela 4, a seguir, sumariza os fatos comentados.

Atividade Econômica	R\$		Variação		Participação (%)	
	2003	2004	Nominal	Real*	2003	2004
Petrolífera/Petroquímica	1.591.249.724	2.221.887.728	39,63%	31,70%	14,33	17,27
Distr. Energia Elétrica/água/gás	1.773.929.556	2.034.359.054	14,68%	7,86%	15,97	15,81
Serviço de comunicação	1.989.199.847	2.039.587.833	2,53%	-3,66%	17,91	15,85
Bebidas	657.275.703	767.096.288	16,71%	9,81%	5,92	5,96
Química	555.627.336	615.525.385	10,78%	4,12%	5,00	4,78
Produtos Farmacêuticos	536.795.922	593.755.103	10,61%	4,08%	4,83	4,61
Metalurgia	400.866.946	430.522.120	7,40%	0,81%	3,61	3,35
Supermercados (Varejo/Atacado)	367.619.009	579.593.291	57,66%	47,93%	3,31	4,5
Produtos Alimentícios	352.936.540	404.794.172	14,69%	7,78%	3,18	3,15
Eletr. / Eletrônico	247.173.858	308.330.721	24,74%	17,11%	2,23	2,4
Têxtil/Vestuário	218.488.593	240.822.890	10,22%	3,58%	1,97	1,87
Editorial e Gráfica	263.305.433	305.461.815	16,01%	9,14%	2,37	2,37
Transporte Viário	187.166.273	267.330.814	42,83%	34,17%	1,69	2,08
Serviços de transporte	216.622.613	266.535.695	23,04%	16,06%	1,95	2,07
Perfumaria / Cosméticos	231.473.195	298.282.796	28,86%	21,30%	2,08	2,32
Outras Atividades	1.515.659.508	1.494.013.333	-1,43%	-7,31%	13,65	11,61
Total Arrecadação do ICMS	11.105.390.056	12.867.899.038	15,87%	8,95%	100,00	100,00

Fonte: Secretaria de Estado de Fazenda

Valores Apurados com base na data de recolhimento, e não na do repasse financeiro.

* Variação real pelo IPC-RJ (FGV)

O fenômeno do crescimento da receita de ICMS no comércio atacadista não foi exclusivo do Estado do Rio de Janeiro. Entre as unidades selecionadas, o Rio de Janeiro só ficou à frente do Paraná e do Rio Grande do Sul neste setor. A tabela abaixo mostra o desempenho na arrecadação de ICMS dos estados selecionados, em relação ao setor de comércio atacadista.

Estados	R\$ 1.000		Variação	
	2003	2004	Nominal	Real
Bahia	509.940	660.581	29,54	21,82
Minas Gerais	722.913	993.101	37,37	28,93
Espírito Santo	430.471	792.587	84,12	72,16
Rio de Janeiro	1.755.833	2.267.426	29,14	21,29
São Paulo	4.405.189	5.702.371	29,45	21,71
Paraná	890.755	983.935	10,46	3,77
Santa Catarina	236.714	315.814	33,42	25,43
Rio Grande do Sul	911.924	1.068.775	17,20	10,13

Fonte: CONFAZ
Variação real pelo IPC-RJ (FGV)

O fraco desempenho do setor de serviços no Estado do Rio de Janeiro, em particular dos serviços ligados à comunicação, não foi caracterizado como uma tendência nacional. Em estados como Bahia e Paraná, este setor apresentou franco crescimento, de 8,00% e 18,70% respectivamente. Os únicos estados que acompanharam o Rio de Janeiro na tendência de queda foram o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, mas é importante frisar que para este último, os dados ainda não são os definitivos.

Estados	R\$ 1.000		Variação	
	2003	2004	Nominal	Real*
Bahia	625.247	718.222	14,87%	8,00%
Minas Gerais	1.267.110	1.440.392	13,68%	6,91%
Espírito Santo	256.062	284.681	11,18%	4,58%
Rio de Janeiro	1.989.198	2.039.586	2,53%	-3,66%
São Paulo	5.476.743	6.099.050	11,36%	4,74%
Paraná	735.470	928.590	26,26%	18,70%
Santa Catarina	871.715	584.856	-32,91%	-36,71%
Rio Grande do Sul	979.038	1.035.614	5,78%	-0,49%

Fonte: CONFAZ
Variação real pelo IPC-RJ (FGV)

Transferências Federais

As transferências federais para o Rio de Janeiro totalizaram R\$ 1.384 milhões em 2004, apresentando um crescimento real de 12,62% em relação a 2003. O FUNDEF, que em 2003 representava mais da metade do total, cresceu 3,04% em 2004, mas sua participação reduziu-se de 53,57% para 48,94%. O Fundo de Participação dos Estados (FPE), a principal fonte para as transferências, obteve crescimento de 3,61%, também apresentando uma pequena queda na sua participação sobre o total, de 25,11%, em 2003, para 23,07%, em 2004. O aumento da receita oriunda do IOF, embora se traduza em uma taxa de 236,08%, tem pouca relevância, uma vez que o montante transferido representa menos de 0,0001% do total.

Transferências	R\$ (dez 2004)		Variação Real (%)
	2003	2004	
FPE	308.140.186	319.259.779	3,61
IOF	31.022	104.259	236,08
IPI-EXP	129.753.920	193.423.132	49,07
FUNDEF	657.224.199	677.188.685	3,04
Outros	131.643.507	193.704.072	47,14
Total	1.226.792.835	1.383.679.926	12,62

Fonte: Tesouro Nacional
Variação Real pelo IPC-RJ (FGV)

Receitas de Royalties e Participações Especiais

Em 2004, foram arrecadados no Estado do Rio de Janeiro R\$ 3,086 bilhões, sendo R\$ 1,041 bilhão em royalties e R\$ 2,044 bilhões em participações especiais. As receitas destas participações governamentais representaram 19,51% das receitas de ICMS, constituindo a segunda mais importante fonte de receitas do Estado.

Royalties	Acumulado Ano				Variação (%)
	2003 (R\$ mil)	Part.(%)	2004 (R\$ mil)	Part.(%)	
Estado do Rio de Janeiro	907.744,20	64,23	1.041.661,40	64,35	14,75%
Total de Estados	1.413.174,50		1.618.686,30		14,54%
Municípios - Rio de Janeiro	997.787,30	67,66	1.138.916,70	66,98	14,14%
Total de Municípios	1.474.618,90		1.700.445,90		15,31%
Rio de Janeiro (Estado e Municípios)	1.905.531,50	65,99	2.180.578,10	65,70	14,43%

Fonte: ANP

Apesar da queda na produção fluminense de petróleo, de -0,7%, as receitas de royalties cresceram de maneira substancial, aumentando 14,75% em relação a 2003. A participação do Estado do Rio de Janeiro sobre o total de royalties distribuídos, entretanto, apresentou uma ligeira queda, passando de 65,98% para 65,69%.

A receita de participações especiais, por sua vez, não obteve um crescimento tão significativo quanto o da arrecadação de royalties, aumentando 4,25% em relação a 2003. Este crescimento foi inferior ao apresentado pelos outros estados da federação, fazendo com que a participação do Rio de Janeiro caísse de 98,12% para 96,96%.

Participações especiais	Acumulado Ano				Variação (%)
	2003	Part.(%)	2004	Part.(%)	
Estado do Rio de Janeiro	1.961.297,00	98,12	2.044.674,10	96,96	4,25
Total de Estados	1.998.974,00		2.108.790,80		5,49
Municípios - Rio de Janeiro	490.324,20	98,12	511.168,50	96,96	4,25
Total de Municípios	499.743,40		527.197,70		5,49
Rio de Janeiro (Estado e Municípios)	2.451.621,20	98,12	2.555.842,60	96,96	4,25
Total de Estados e Municípios	2.498.717,40		2.635.988,60		5,49

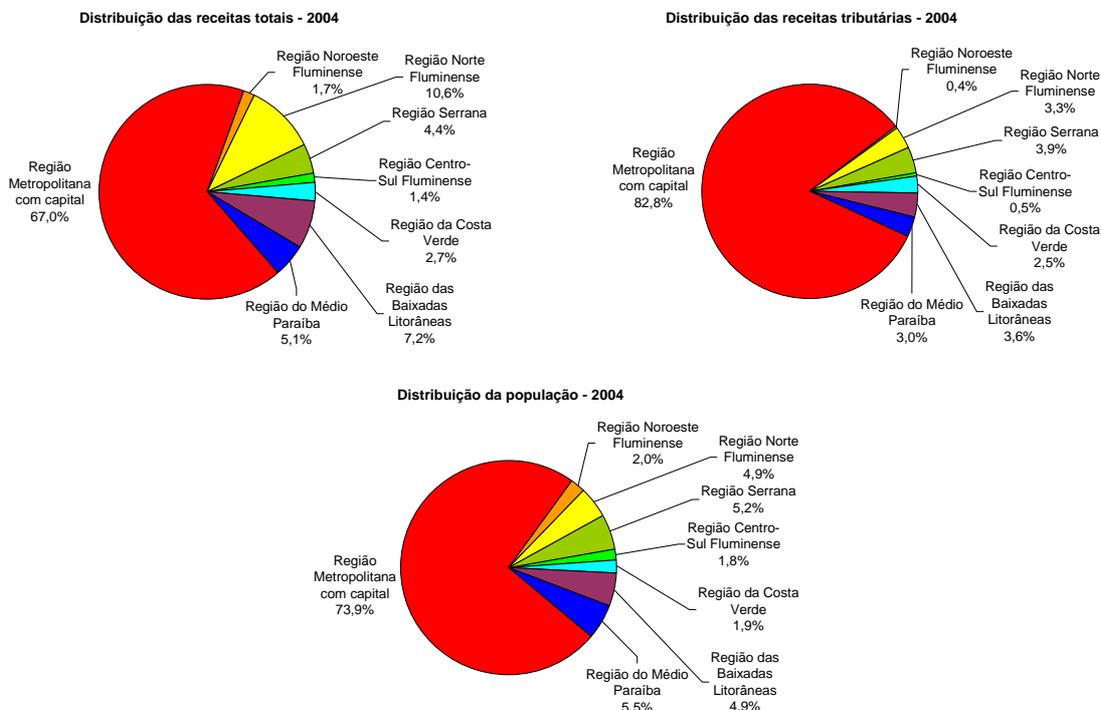
Fonte: ANP

Apesar da queda na produção, a alta no preço do petróleo ao longo de 2004 permitiu que houvesse um incremento nas receitas das participações governamentais. Os valores médios das variáveis formadoras dos preços de referência para o pagamento de royalties e participações especiais, ao longo de 2004, permitiram que a queda da produção de petróleo fosse mais do que compensada. O preço do petróleo tipo Brent (US\$/bbl) aumentou 22,08%, em média, em relação a 2003. Por outro lado, o câmbio valorizou-se 7,55%, atenuando o efeito preço em reais e fazendo com que a valorização média do preço de referência ficasse em 13,01%, valor bem próximo do apresentado pelo incremento de receitas de royalties. As participações especiais, por se tratarem de adicionais pagos na oportunidade de grandes volumes de produção ou de grande rentabilidade, sentiram maior impacto da queda no volume de produção, tendo um incremento de receitas bem inferior ao aumento de preços.

IV - SITUAÇÃO FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS FLUMINENSES ⁴

Os 92 municípios do Estado tiveram uma receita total de R\$ 15,3 bilhões, ficando a capital com R\$ 7,8 bilhões e os demais com R\$ 7,5 bilhões. Já a receita tributária foi de R\$ 2,4 bilhões na capital e de R\$ 1,1 bilhão nos demais 91 municípios.

A repartição da receita total e da receita tributária revela-se extremamente desigual entre as regiões fluminenses. Os gráficos seguintes mostram como se distribuem ambas, primeiramente considerando incluída a capital.

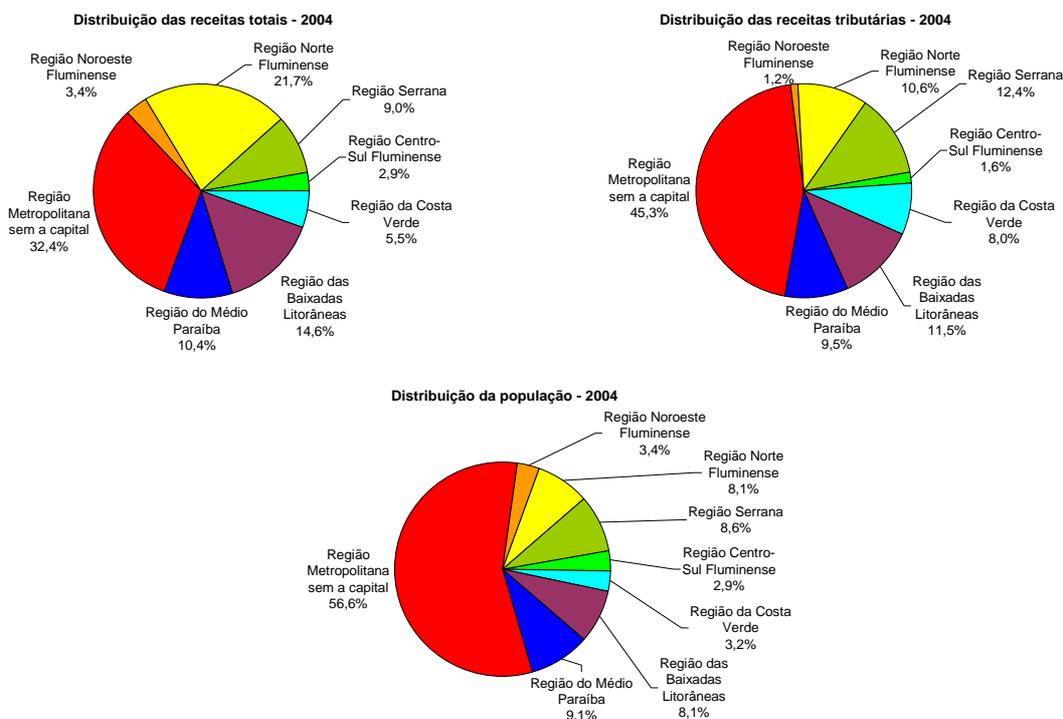


⁴ Fontes: Prestações de Contas e Relatórios de análise de contas do TCE-RJ de 1999 a 2004 – dados revisados em relação à edição anterior; Informe das Prefeituras 2004 ou Prestação de Contas 2003; IBGE: população 1999 a 2004. Dados da capital disponíveis em www.tcm.rj.gov.br/Noticias/2004/CONTAS_2004.pdf.

Ao considerarmos todos os municípios, inclusive a capital, vemos que as receitas totais da Região Metropolitana equivalem a 67%, contra 73,9% da população, ou seja, há menos receita total por habitante que nas regiões do Médio Paraíba, da Costa Verde, das Baixadas Litorâneas e, principalmente, da Região Norte Fluminense. As demais regiões: Centro-Sul Fluminense e Noroeste têm menor receita total per capita.

Quando analisamos a repartição das receitas tributárias, a Região Metropolitana detém 82,8% do total, ficando atrás somente da Região da Costa Verde em termos de receita tributária per capita. Em ordem crescente, têm menor participação as regiões Noroeste, Centro-Sul, Médio Paraíba, Norte, Baixadas Litorâneas e Serrana.

A situação muda radicalmente de figura quando excluimos a capital e fazemos a comparação entre os 91 municípios analisados individualmente na coleção dos estudos socioeconômicos e neste. A Região Metropolitana sem a capital representa 32,4% das receitas totais, contra 45,3% das receitas tributárias e 56,6% da população, como indicam os gráficos a seguir.



A Região Metropolitana passa a ter a menor receita total per capita, mantida a ordem das demais. Em termos de receita tributária per capita, a mesma Região fica à frente somente das regiões Noroeste e Centro-Sul Fluminense.

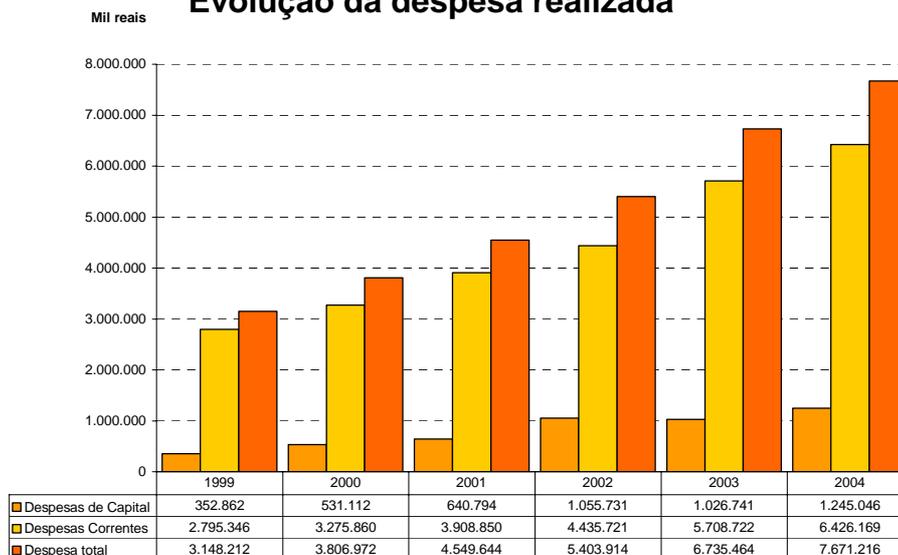
Passemos à análise do desempenho econômico-financeiro da administração direta do conjunto dos 91 municípios fluminenses (sem a capital), com base em números fornecidos pelos próprios, seja diretamente, seja na prestação de contas de administração financeira encaminhada ao Tribunal de Contas para emissão de parecer prévio.

A evolução e a composição das receitas e despesas no período de 1999 a 2004 são demonstradas nos gráficos abaixo, lembrando que as cifras apresentadas neste capítulo são em valores correntes.

Evolução da receita realizada



Evolução da despesa realizada



A receita realizada aumentou 138%, enquanto que a despesa cresceu 144% entre 1999 e 2004.

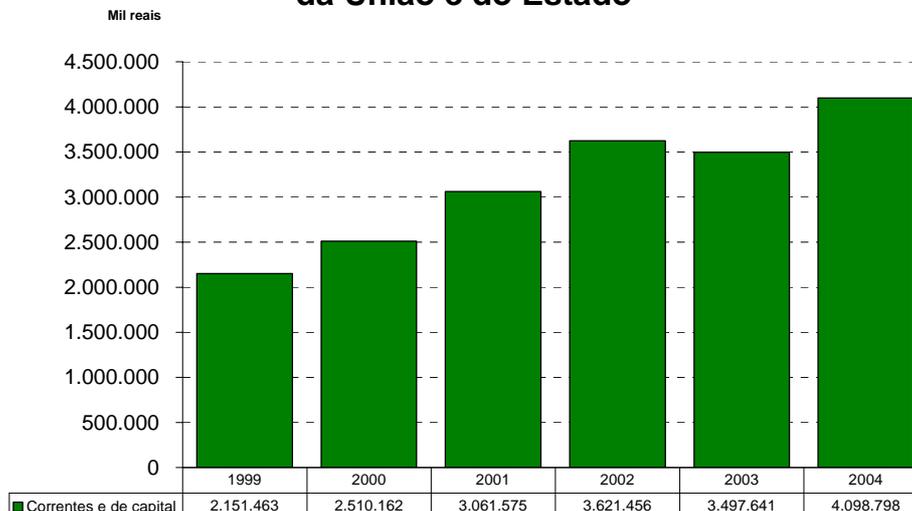
Com relação à composição das receitas correntes, os gráficos a seguir apresentam sua evolução no período de 1999 a 2004:



Há predominância das transferências correntes e dos *royalties*, sendo que a receita tributária representava 19,9% em 1999 e caiu para 15,2% do total no ano 2004.

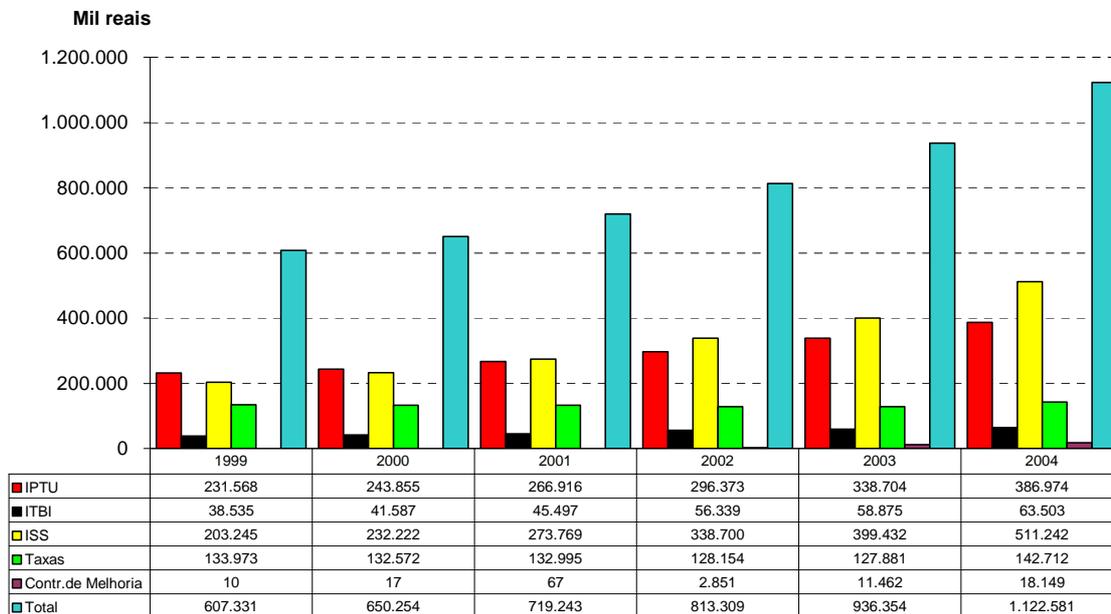
O montante transferido pela União e pelo Estado ao município observou a seguinte evolução:

**Evolução das transferências
da União e do Estado**



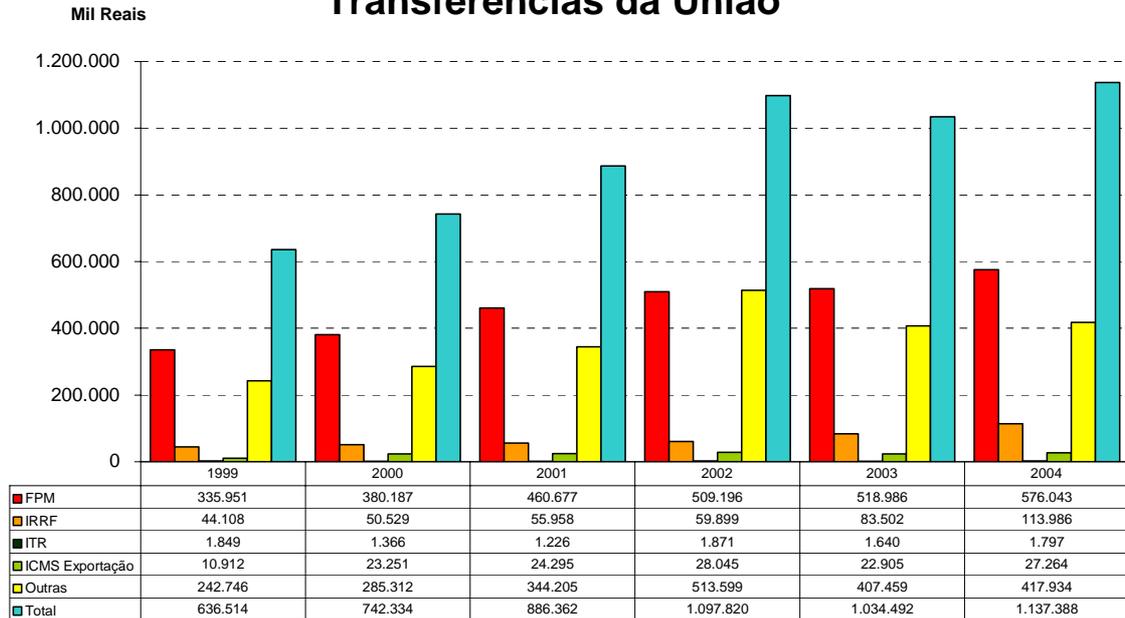
Na análise da evolução das transferências totais da União e do Estado para o conjunto dos municípios, verificamos um aumento de 91% entre 1999 e 2004, enquanto que a receita tributária teve um crescimento de 85% no mesmo período.

Evolução e Composição das Receitas Tributárias



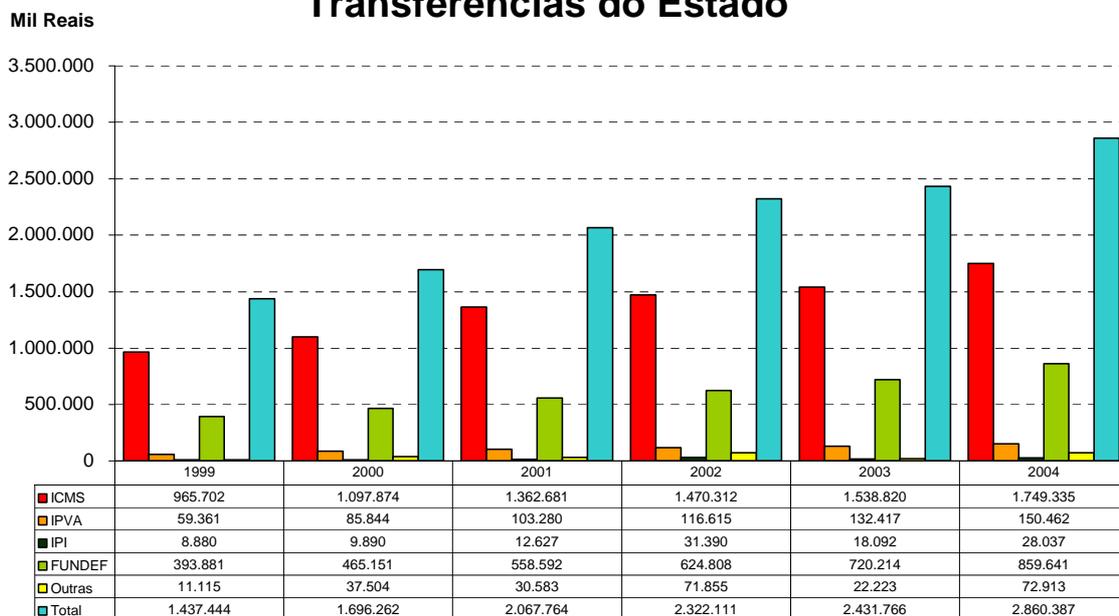
De acordo com o gráfico acima, os municípios apresentaram uma evolução na receita tributária beneficiada pelo aumento de 152% na arrecadação de ISS. Também houve acréscimo de 67% na receita de IPTU, de 65% no ITBI e apenas 7% de aumento nas taxas.

Evolução e Composição das Transferências da União



As transferências correntes da União⁵ cresceram 79% no período, com aumento de 71% no repasse do Fundo de Participação dos Municípios e ingressos de ICMS Exportação e Outras Transferências.

Evolução e Composição das Transferências do Estado



A evolução das transferências correntes do Estado foi de 99% no período, tendo contribuído para tanto um aumento de 81% no repasse do ICMS e o

⁵ A partir de 2002, a receita de Imposto de Renda retido na fonte – IRRF, passou a ser contabilizada como receita tributária do município. Para preservar a série, no entanto, o IRRF segue alocado como Transferência Corrente da União.

crescimento de 116% do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF.

Os indicadores a seguir são úteis para interpretação das finanças públicas do conjunto dos 91 municípios.

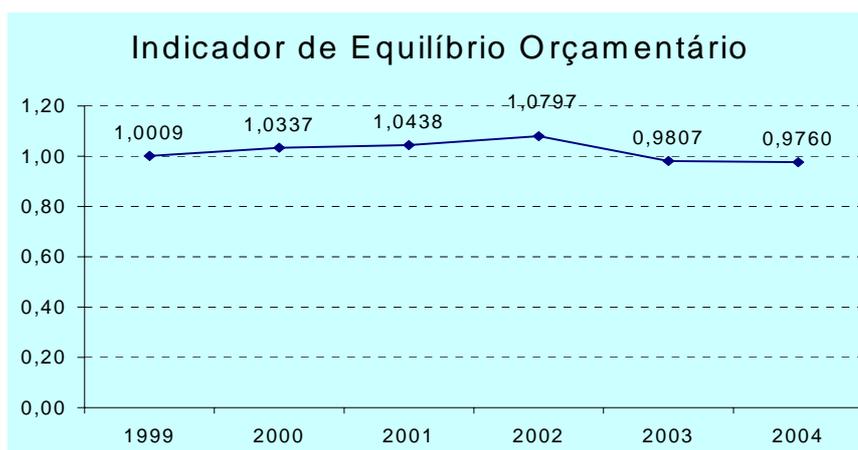
Indicador de equilíbrio orçamentário em 2004:

$$\frac{\text{receita realizada}}{\text{despesa executada}}$$

Este quociente demonstra o quanto da receita realizada serve de cobertura para a despesa executada.

A interpretação objetiva desse quociente nos leva a considerar que há R\$ 97,60 para cada R\$ 100,00 de despesa executada, apresentando déficit de execução.

Para os exercícios anteriores, o gráfico a seguir apresenta sua evolução, demonstrando desequilíbrio orçamentário nos dois últimos anos em análise.

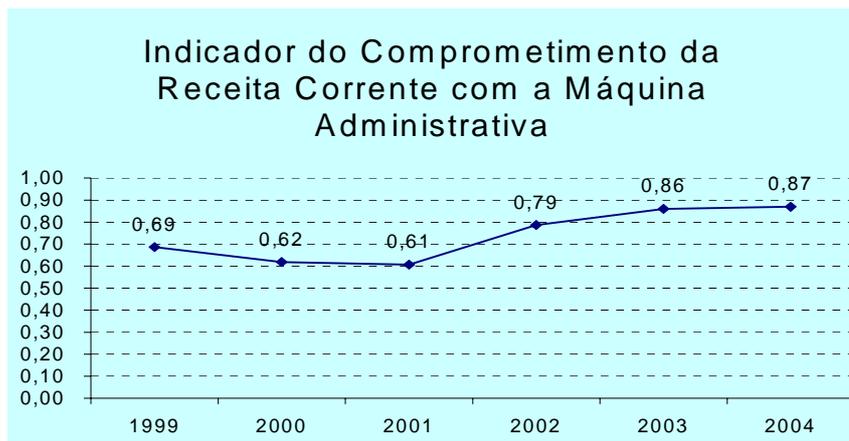


Indicador do comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa em 2004:

$$\frac{\text{despesas de custeio}}{\text{receitas correntes}}$$

Este indicador mede o nível de comprometimento do município com o funcionamento da máquina administrativa utilizando-se recursos provenientes das receitas correntes.

Do total da receita corrente, 87% são comprometidos com despesas de custeio. O gráfico a seguir apresenta a evolução desse indicador desde 1999.



As despesas de custeio destinam-se à manutenção dos serviços prestados à população, inclusive despesas de pessoal, mais aquelas destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens móveis, necessárias à operacionalização dos órgãos públicos.

Tais despesas tiveram um crescimento de 206% entre 1999 e 2004, enquanto que as receitas correntes cresceram 141% no mesmo período.

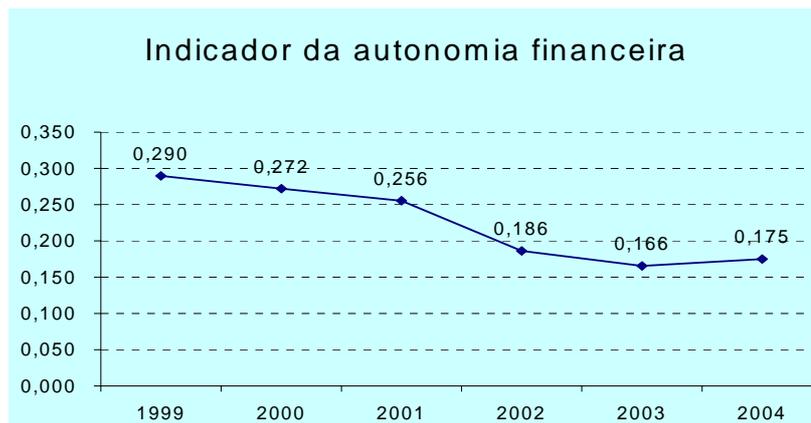
É importante salientar que, na composição das despesas correntes, as transferências correntes vinham apresentando forte crescimento entre 1999 e 2001, quando não mais puderam ser contabilizadas transferências intragovernamentais para entidades da administração indireta municipal, mais conhecidas como transferências operacionais. O resultado se reflete no aumento expressivo do indicador, uma vez que, a partir de 2002, tais transferências passaram a ser consideradas despesas de custeio.

Indicador da autonomia financeira em 2004:

$$\frac{\text{receita tributária própria}}{\text{despesas de custeio}} =$$

Este indicador mede a contribuição da receita tributária própria do Município no atendimento às despesas com a manutenção dos serviços da máquina administrativa.

Como pode-se constatar, o município apresentou uma autonomia de 17,5%, no exercício de 2004. A evolução deste indicador está demonstrada no gráfico a seguir.



Houve redução da autonomia dos municípios, uma vez que a Receita Tributária cresceu apenas 85% no período, contra 206% de aumento das despesas de custeio.

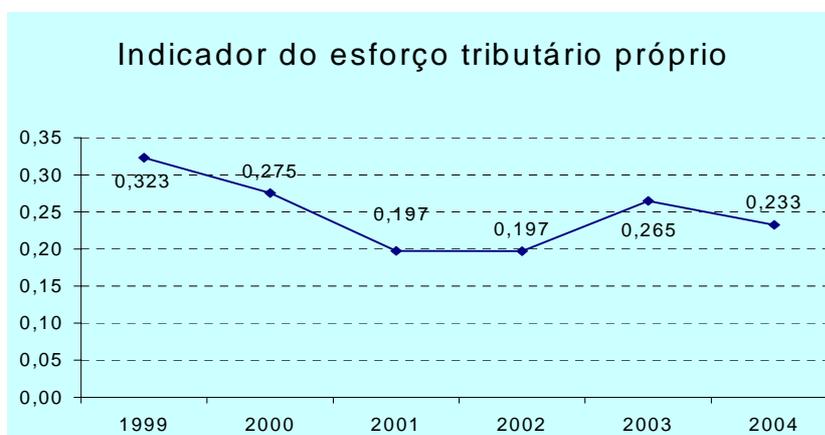
Conclui-se que houve queda na capacidade dos entes em manter as atividades e serviços próprios da administração com recursos oriundos de sua competência tributária, o que os torna menos dependente de transferências de recursos financeiros dos demais entes governamentais.

Indicador do esforço tributário próprio em 2004:

$$\frac{\text{receita tributária própria} + \text{inscrição líquida na dívida ativa}}{\text{receita arrecadada}}$$

Este indicador tem como objetivo comparar o esforço tributário próprio que o município realiza no sentido de arrecadar os seus próprios tributos, em relação às receitas arrecadadas.

Os recursos financeiros gerados em decorrência da atividade tributária própria do município correspondem a 23,3% da receita total, enquanto, nos anos anteriores, sua performance está demonstrada no gráfico a seguir.

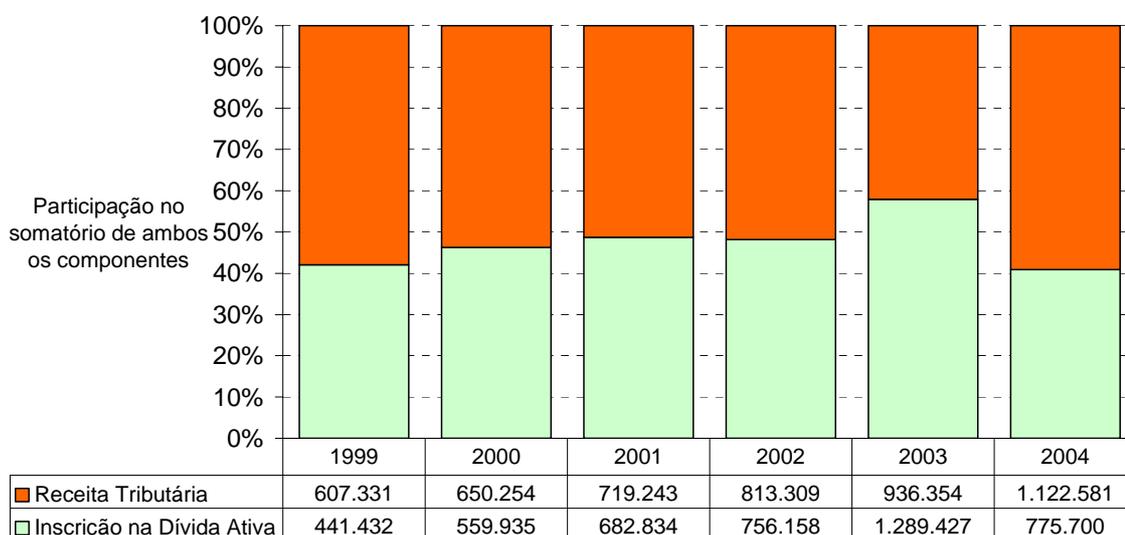


Conclui-se que houve redução de 28% neste indicador nos últimos seis anos, apesar dos expressivos volumes inscritos na dívida ativa.

Não resta dúvida que a maior parte da capacidade de investimento dos municípios está atrelada ao comportamento da arrecadação de outros governos, Federal e Estadual, em função das transferências de recursos.

Há de se ressaltar, também, dentro de nossa análise, quanto aos valores que vêm sendo inscritos em dívida ativa, se comparados com o total da receita tributária arrecadada nos respectivos exercícios⁶. Dentro dos demonstrativos contábeis, não foi possível segregar a dívida ativa em tributária e não tributária.

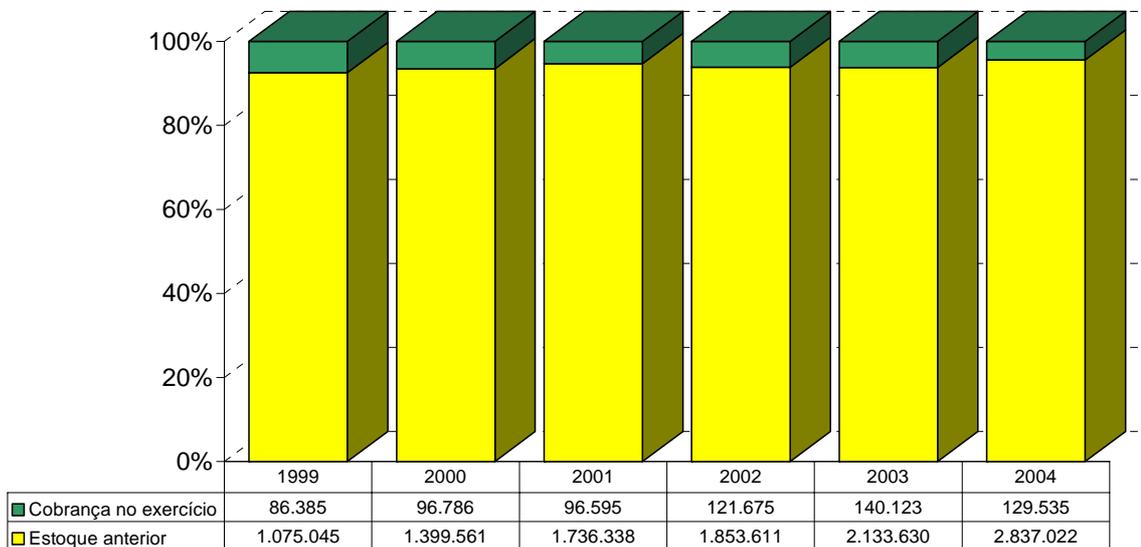
Comparativo entre receita tributária e inscrição na dívida ativa



O gráfico abaixo apresenta a performance da cobrança da dívida ativa sobre o estoque pré-existente, já que não é possível apurar a idade das cobranças recebidas no exercício.

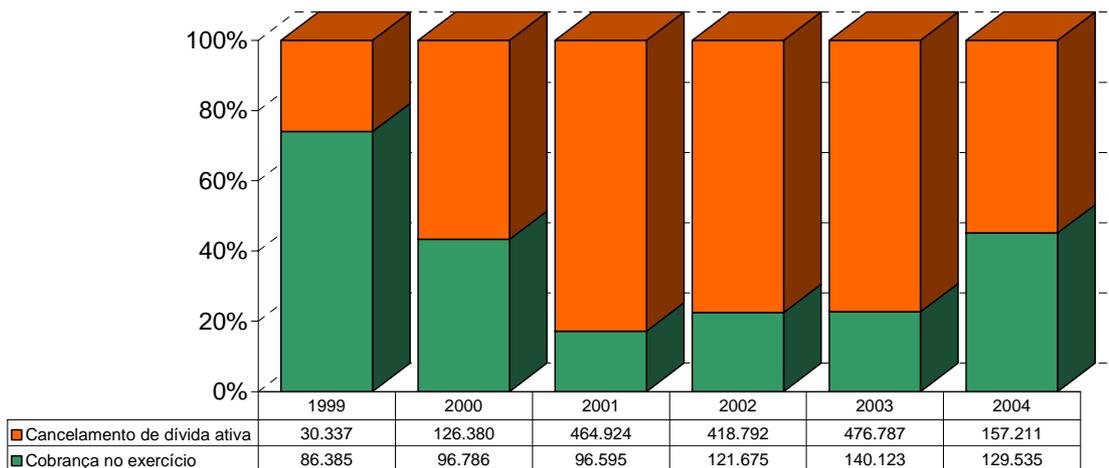
⁶ Gráficos seguintes com valores em milhares de reais.

Eficácia da Cobrança da Dívida Ativa

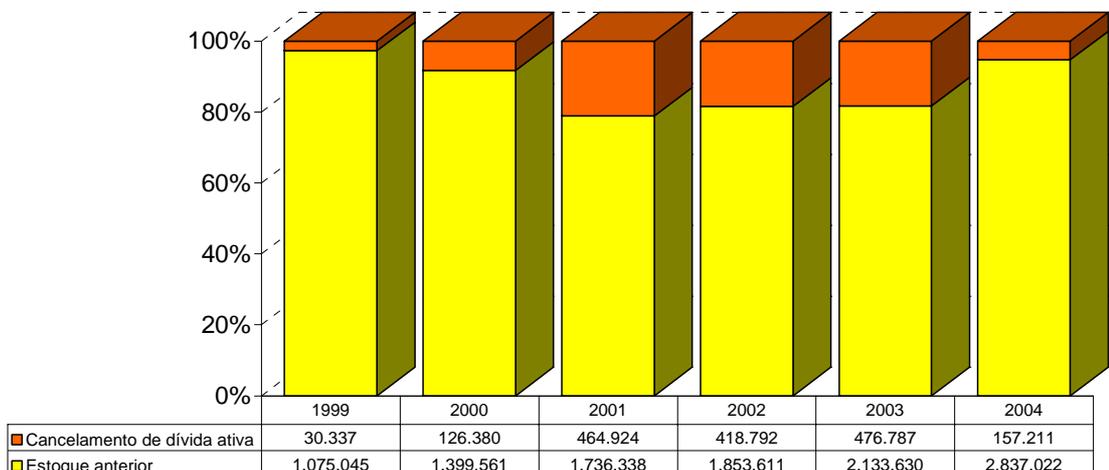


Cabe, ainda, salientar os valores cancelados, como demonstram os gráficos a seguir.

Evolução da Cobrança versus Cancelamento da Dívida Ativa



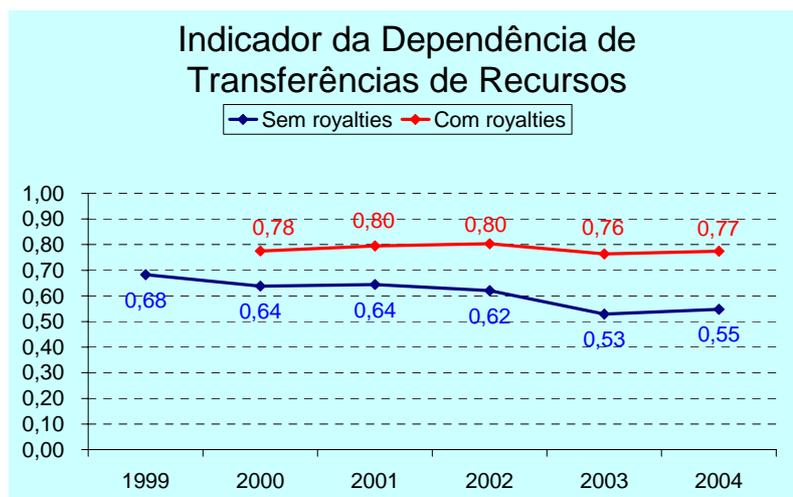
Evolução do Estoque versus Cancelamento da Dívida Ativa



Indicador da dependência de transferências de recursos em 2004:

transferências correntes e de capital
receita realizada

Verifica-se que a receita de transferências representa 55% do total da receita do município. O gráfico a seguir apresenta os valores deste indicador para os anos anteriores, demonstrando uma aparente redução da dependência do repasse de outros entes da federação.



Caso somássemos as receitas de *royalties* ao numerador acima, a dependência de recursos transferidos, para o exercício de 2004, subiria para 77%.

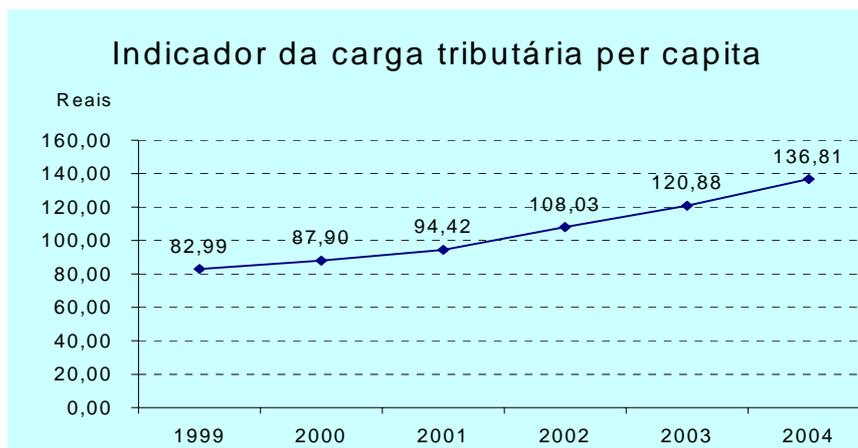
Este indicador reforça os prognósticos, já comentados, a respeito da autonomia financeira dos municípios em face de sua dependência das transferências e, mais recentemente, de *royalties* que representaram R\$ 543 milhões em 2000, R\$ 715 milhões em 2001, R\$ 1,1 bilhão em 2002, R\$ 1,6 bilhão em 2003 e R\$ 1,7 bilhão em 2004.

Indicador da carga tributária per capita em 2004:

$$\frac{\text{receita tributária própria + cobrança da dívida ativa}}{\text{população do município}} =$$

Este indicador reflete a carga tributária que cada habitante do município tem em decorrência da sua contribuição em impostos, taxas e contribuições de melhoria para os cofres municipais.

Verifica-se que, ao longo do exercício de 2004, cada habitante contribuiu para com os fiscos municipais em aproximadamente 136 reais. Nos exercícios anteriores, tais contribuições estão expressas em valores correntes no gráfico a seguir, havendo aumento queda de 65% no período.



Deve-se salientar que há grande dispersão neste indicador, cuja mediana é de R\$ 68,99 per capita, chegando os extremos a R\$ 11,44 e R\$ 798,53 por habitante em 2004, respectivamente os municípios de Sumidouro e Mangaratiba, que mantiveram a mesma posição do exercício de 2003.

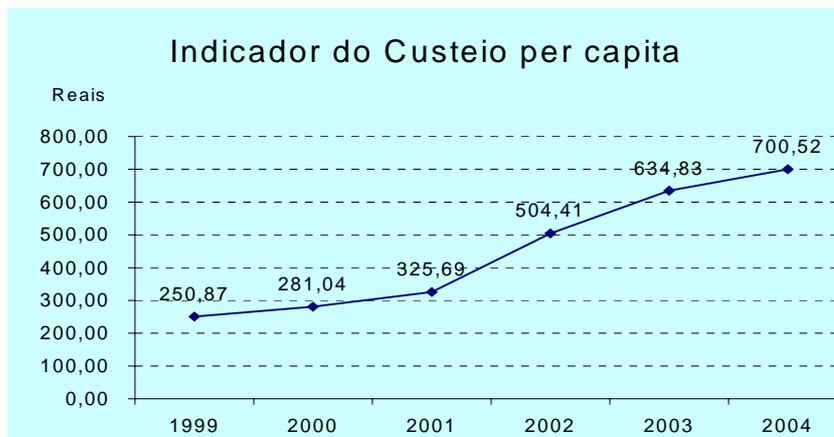
Indicador do custeio per capita em 2004:

$$\frac{\text{Despesas de custeio}}{\text{população do município}}$$

Este indicador objetiva demonstrar, em tese, o “quantum” com que cada cidadão arcaria para manter a operacionalização dos órgãos públicos municipais.

Caberia a cada cidadão, caso os municípios não dispusessem de outra fonte de geração de recursos contribuir com 700 reais em 2004. Nos exercícios

anteriores, os valores estão expressos no próximo gráfico, havendo um aumento de 179% no período de 1999 a 2004.



Aqui também se verifica grande dispersão, com mediana a R\$ 974,97 per capita, e extremos chegando a R\$ 259,52 e R\$ 4.356,45 no ano 2004, respectivamente os municípios de São Gonçalo e Quissamã, que mantiveram a mesma posição do exercício de 2003.

Como já citado no indicador nº 2, os dados acima não levam em consideração as transferências operacionais (intragovernamentais) para a administração indireta até o ano 2001.

Indicador dos investimentos per capita em 2004:

$$\frac{\text{investimentos}}{\text{população do município}}$$

Este indicador objetiva demonstrar, em relação aos investimentos públicos aplicados, o quanto representariam em benefícios para cada cidadão.

Verifica-se que cada habitante recebeu da administração pública, na forma de investimentos no exercício de 2004, o equivalente a 125 reais em benefícios diretos e indiretos. O investimento per capita dos anos anteriores está expresso no gráfico que segue.

Se considerarmos que cada cidadão contribuiu para os cofres municipais com R\$ 136,81 (Indicador nº 6 – carga tributária per capita), a quantia de R\$ 125,50 representaria praticamente que 92% dos tributos pagos pelos cidadãos a eles retornou como investimentos públicos.

O gráfico a seguir apresenta a evolução deste indicador, devendo ser ressaltado que a mediana é de apenas R\$ 73,19 per capita e os extremos vão de R\$ 8,69 e R\$ 4.356,44 por habitante em 2004, respectivamente os municípios de Itálva e Rio das Ostras.



Indicador do grau de investimento em 2004:

Investimentos receita total

Este indicador reflete a contribuição da receita total na execução dos investimentos.

Os investimentos públicos correspondem, aproximadamente, a 15% da receita total dos municípios. A restrição de investimentos ocorre de forma a não comprometer a liquidez com utilização de recursos de terceiros ou com a própria manutenção da máquina administrativa, uma vez que, somente com despesas de custeio (*Indicador nº 2 - comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa*) já compromete-se 87% das receitas correntes.

Esse quociente, em 2004, apresenta mediana de 10,3% e teve extremos em 0,8% e 62,1%, nos mesmos municípios de Itálva e Rio das Ostras.

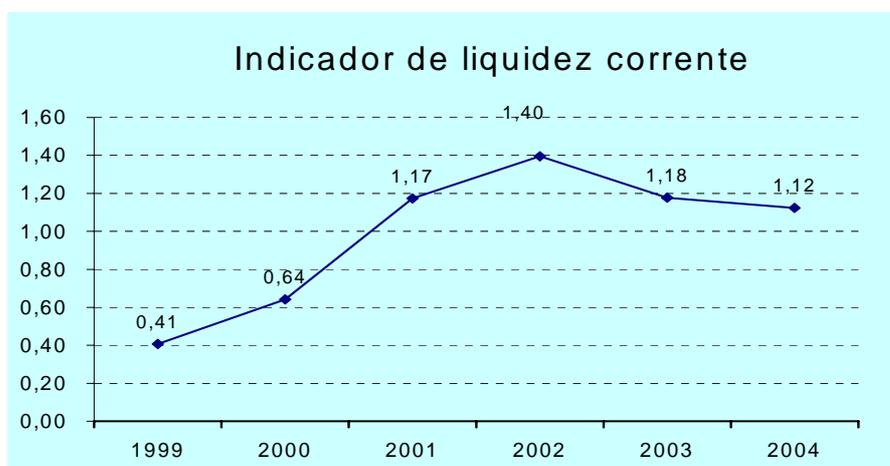


Indicador da liquidez corrente em 2004:

Ativo financeiro
passivo financeiro

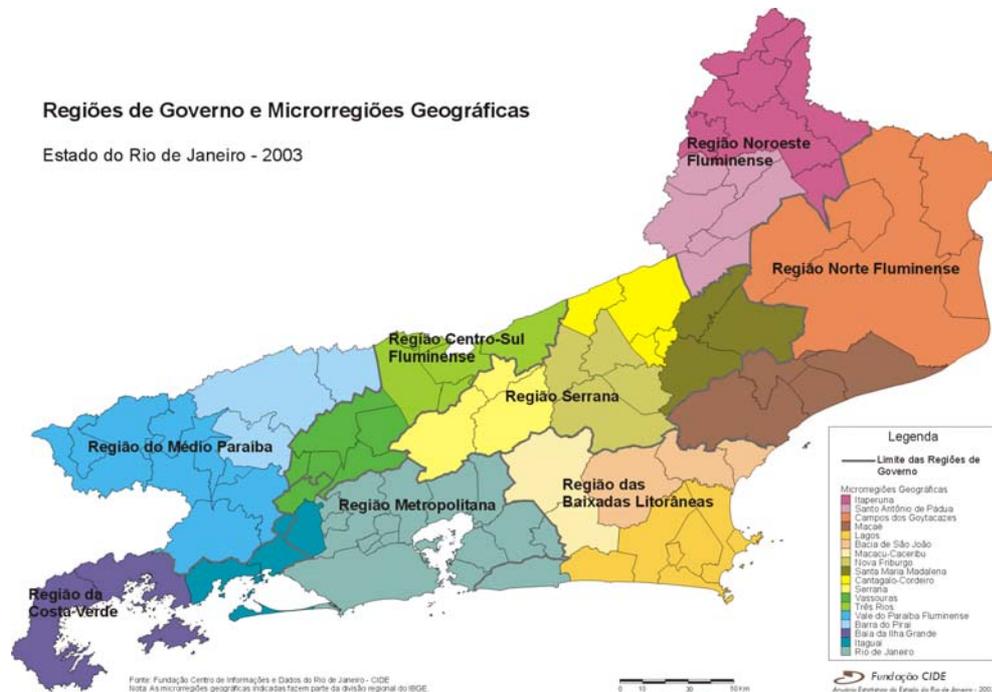
Este quociente mede a capacidade da entidade de pagar as suas obrigações com as suas disponibilidades monetárias.

Em 2004, apenas 42 municípios apresentaram liquidez corrente, sendo a mediana deste indicador de 0,96 para o conjunto dos municípios. O gráfico a seguir expressa a liquidez do conjunto dos municípios nos últimos seis anos, devendo ser considerada uma situação equilibrada aquela em que o índice for maior ou igual a 1.



V - ANÁLISE DO DESEMPENHO POR REGIÃO DE GOVERNO

Ao passarmos a análise para as regiões de Governo, devemos familiarizar o leitor com o mapa ilustrativo abaixo.



A Região da Costa Verde abrange os municípios de Angra dos Reis, Itaguaí, Mangaratiba e Paraty.

A Região do Médio Paraíba abrange Barra Mansa, Barra do Piraí, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda.

A Região Centro-Sul Fluminense contém os municípios de Areal, Comendador Levy Gasparian, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Sapucaia, Três Rios e Vassouras.

A Região Metropolitana é composta dos municípios de Belford Roxo, Guapimirim, Duque de Caxias, Itaboraí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.

A Região Serrana é composta por Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Petrópolis, Santa Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Teresópolis e Trajano de Moraes.

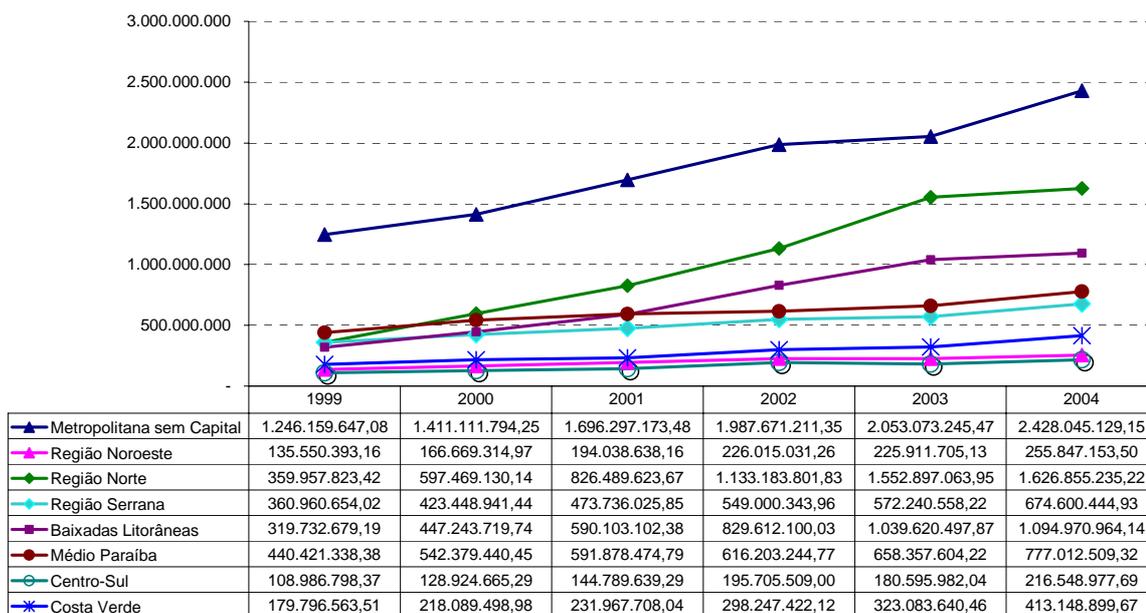
A Região das Baixadas Litorâneas abrange os municípios de Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Maricá, Rio Bonito, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim.

A Região Noroeste Fluminense abrange de Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José do Ubá e Varre-Sai.

Região Norte Fluminense contém os municípios de Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra.

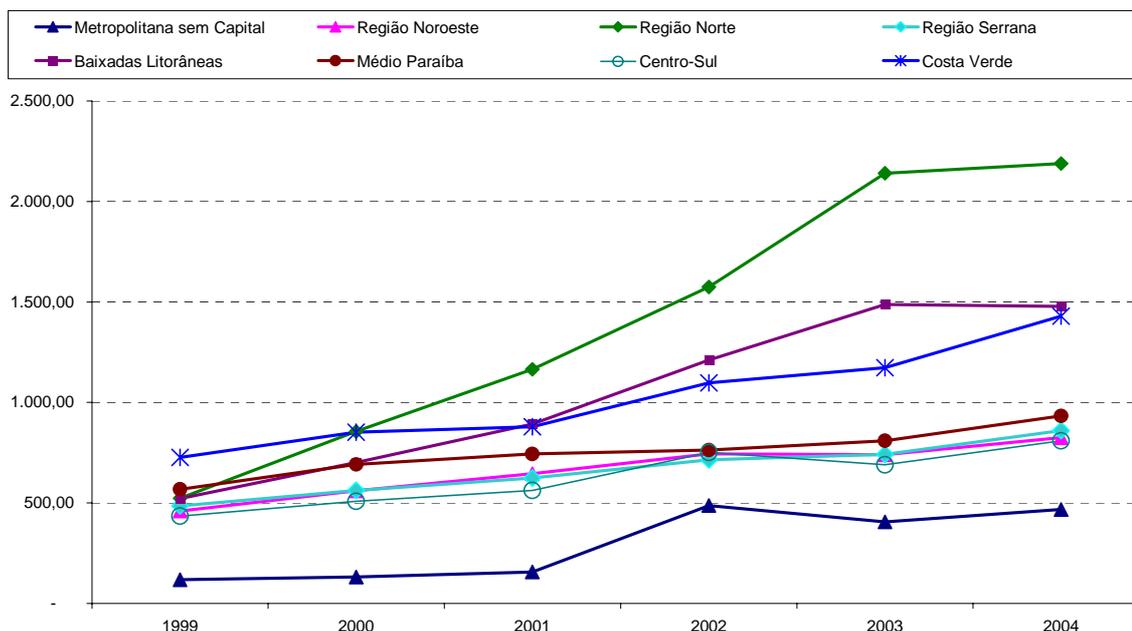
As receitas totais tiveram a seguinte evolução nos últimos seis anos:

Evolução das Receitas Totais



Em termos per capita, as receitas totais tiveram a seguinte distribuição:

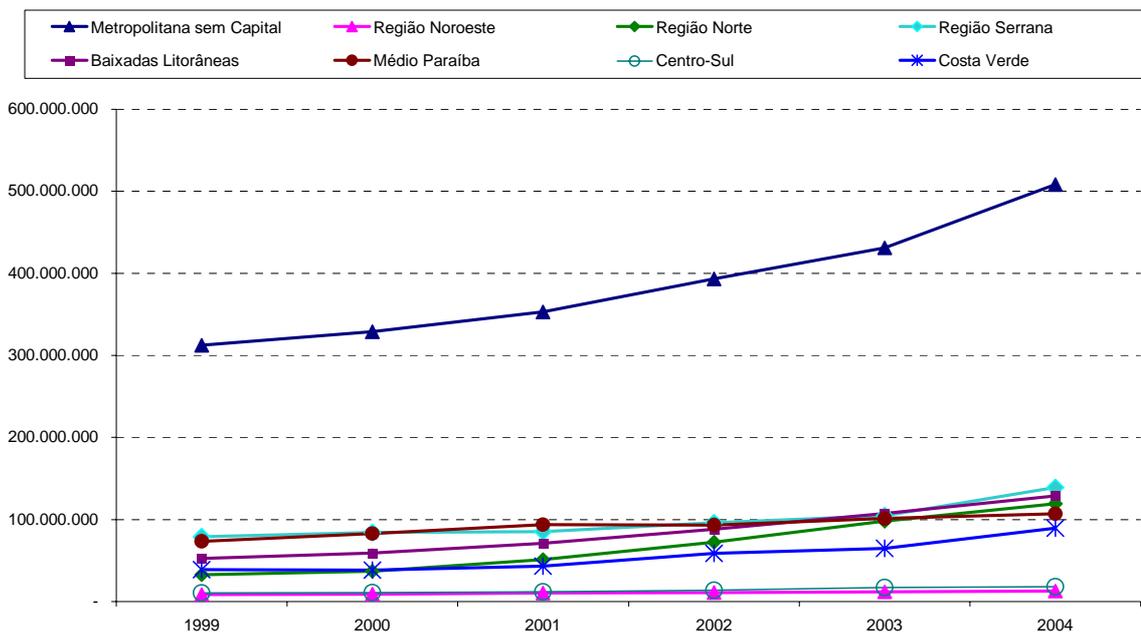
Receita Total per capita



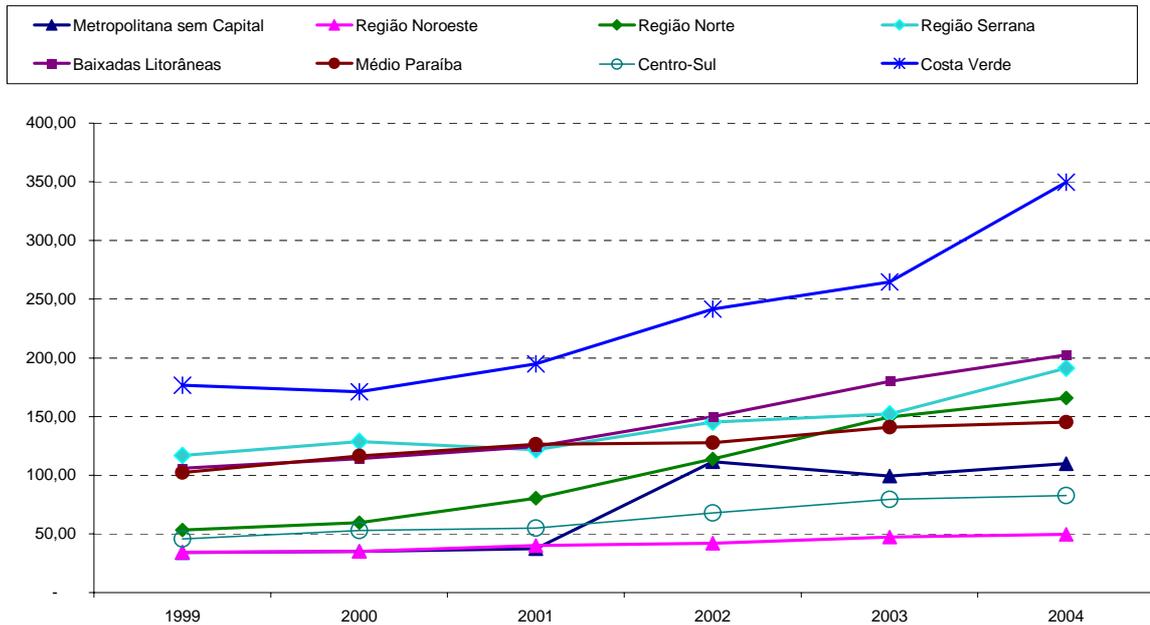
Em ambos os gráficos anteriores, pode-se verificar os benefícios dos *royalties* para as Regiões Norte e das Baixadas Litorâneas, a reversão da posição da Região Metropolitana sem a capital, bem como da Região da Costa Verde: a primeira cai do primeiro para o último lugar e, a segunda, de antepenúltimo para terceiro no *ranking* de receitas totais per capita.

Já a receita tributária apresenta comportamento distinto, como demonstram os gráficos a seguir. A Região Metropolitana sem a capital distancia-se enormemente das demais em termos de receita tributária total, enquanto alcança um singelo sexto lugar na arrecadação por habitante. A Região da Costa Verde, constantemente a melhor posicionada na receita tributária per capita, é extremamente beneficiada pelos portos ali existentes, bem como pelos hotéis e *resorts*. Posicionada em segundo lugar nesse ranking, a Região das Baixadas Litorâneas se beneficia com IPTU das residências de veraneio, cuja população não está computada naqueles municípios. As Regiões Serrana, Norte e do Médio Paraíba encontram-se na faixa de R\$150 a R\$200 per capita, a primeira com equilíbrio entre IPTU e ISS e as duas últimas com maior ênfase na receita de prestação de serviços. Deve-se observar que as Regiões Centro-Sul e Noroeste arrecadam menos de R\$100/habitante.

Evolução das Receitas Tributárias

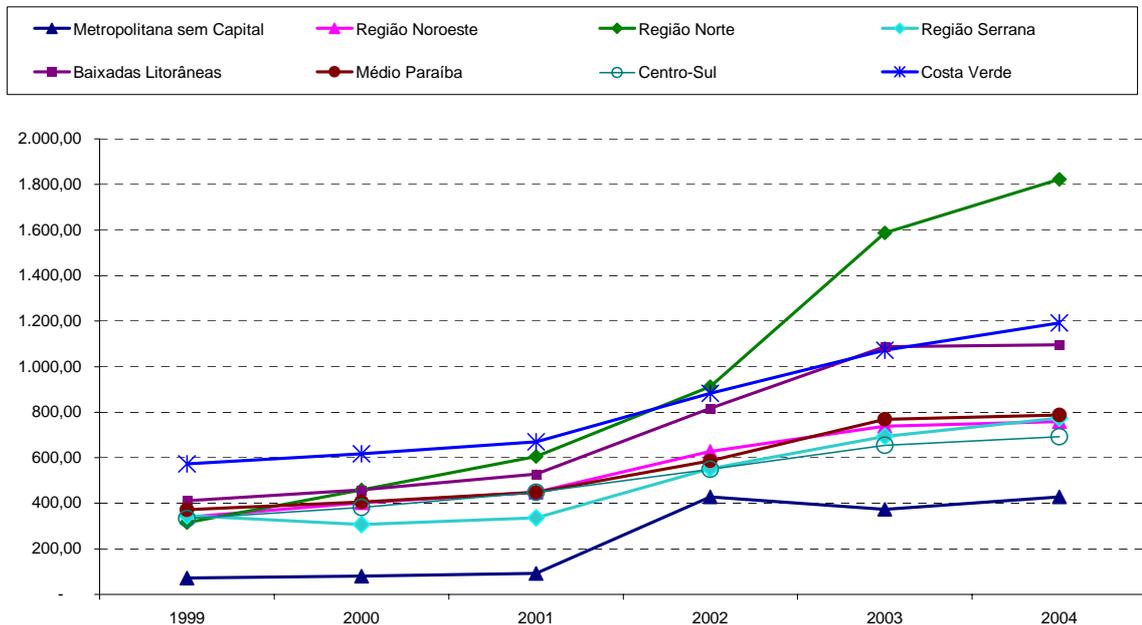


Carga Tributária per capita



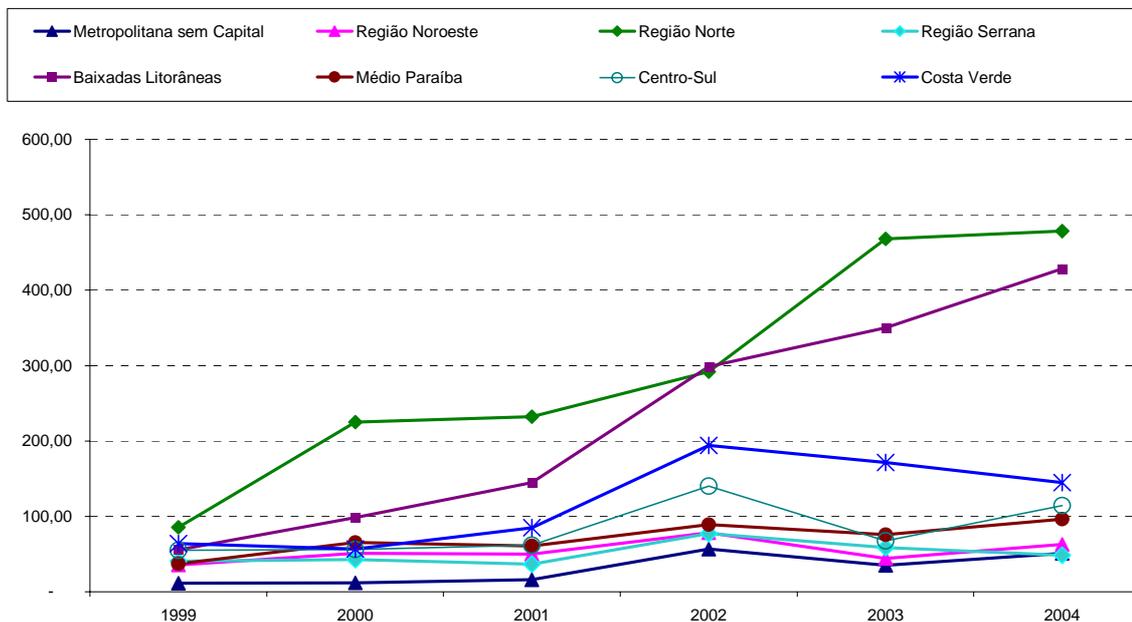
No custeio per capita, o quadro que se apresenta é o seguinte:

Custeio per capita



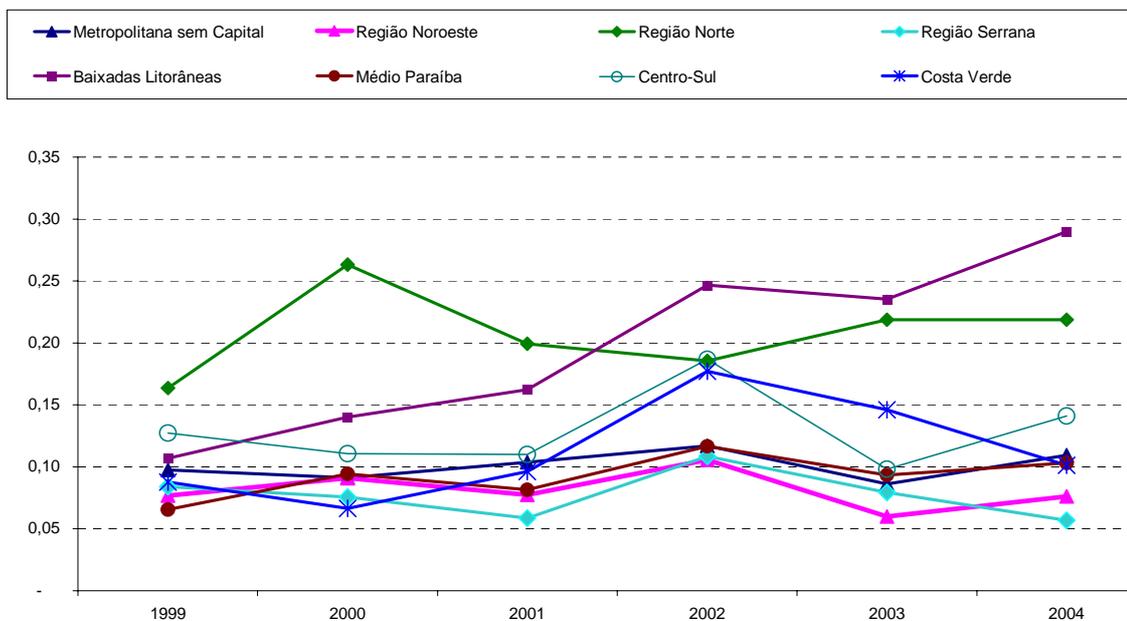
As regiões Norte, da Costa Verde e das Baixadas Litorâneas têm custeio per capita acima dos mil reais, enquanto a Região Metropolitana sem a capital está na faixa dos quatrocentos reais e, as quatro demais, entre seiscentos e oitocentos reais.

Investimentos per capita



Por conta dos *royalties*, as regiões Norte e das Baixadas Litorâneas apresentam esse quociente bem superior às demais. Em terceiro lugar surge a Região da Costa Verde. Seguem, na faixa dos R\$100 as regiões do Médio Paraíba e Centro-Sul Fluminense. Por último, e com cifras oscilando entre R\$48 e R\$63, aparecem as três demais.

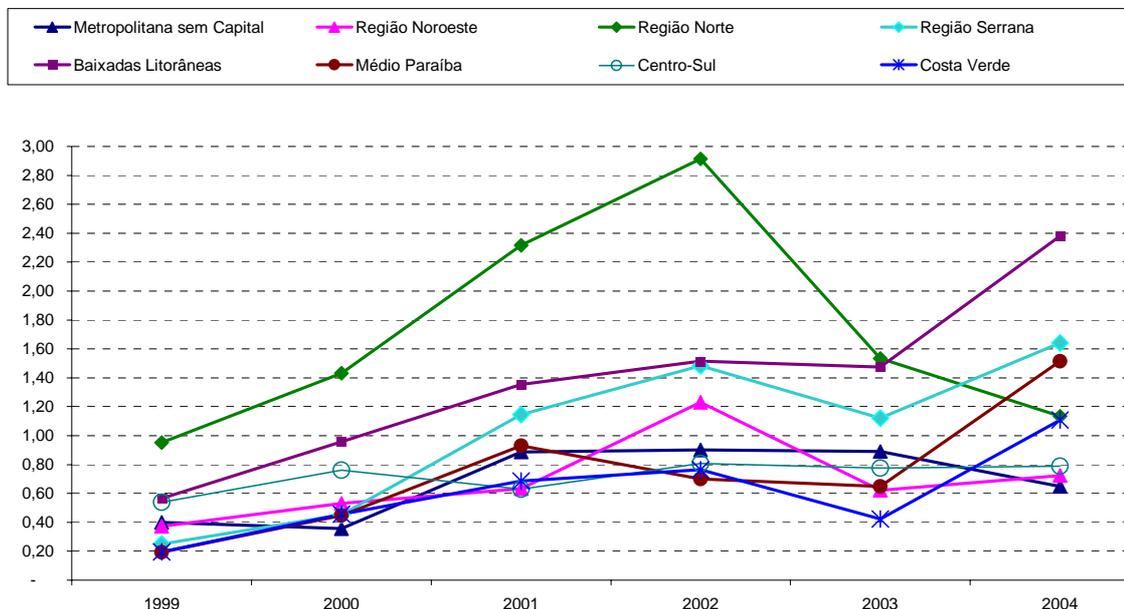
Grau de Investimento



Em termos de investimentos sobre a receita total, há uma inversão na posição dos dois primeiros colocados, em relação ao gráfico anterior. A Região da Costa Verde mantém cai para quarto lugar, despontando a Centro-Sul Fluminense

em terceiro lugar. As demais apresentam grau de investimento igual ou inferior a 10% da receita total.

Liquidez corrente



As regiões que não apresentam liquidez corrente em 2004 são a Metropolitana sem a capital, Noroeste e Centro-Sul Fluminense.

Todas as estatísticas das finanças municipais apresentam elevado grau de dispersão intra-regional e uma análise detalhada dos Estudos Socioeconômicos de cada município de interesse está disponível no sítio do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, www.tce.rj.gov.br, ícone Estudos e Pesquisas.

Seguem nos anexos tabelas comparativas do desempenho dos municípios em 2004.

Tabela 1 - Receitas de 2004 e sua variação nos últimos seis anos

Município	Receita Realizada em 2004	Ranking na receita realizada em 2004	Varição 2004/1999	Ranking crescimento 2004/1999
Angra dos Reis	237.417.166,93	10	147%	19
Aperibé	11.692.057,33	89	79%	73
Araruama	71.011.233,30	24	100%	53
Areal	15.393.534,23	77	85%	63
Armação de Búzios	75.127.068,23	22	236%	8
Arraial do Cabo	25.180.138,67	55	82%	67
Barra do Piraí	41.888.933,09	39	83%	65
Barra Mansa	118.719.635,12	17	65%	85
Belford Roxo	158.436.516,66	13	69%	79
Bom Jardim	19.099.834,06	65	66%	84
Bom Jesus do Itabapoana	25.388.654,12	54	84%	64
Cabo Frio	227.121.838,99	11	258%	6
Cachoeiras de Macacu	40.149.694,87	43	128%	27
Cambuci	17.360.572,97	70	82%	66
Campos dos Goytacazes	759.447.469,35	1	388%	4
Cantagalo	30.071.017,90	50	64%	86
Carapebus	43.344.908,55	38	210%	9
Cardoso Moreira	17.927.796,93	68	80%	70
Carmo	18.321.013,40	67	72%	76
Casimiro de Abreu	70.303.168,72	25	204%	10
Comendador Levy Gasparian	11.919.273,15	88	80%	71
Conceição de Macabu	18.513.879,43	66	118%	33
Cordeiro	15.903.115,73	75	159%	15
Duas Barras	15.293.892,56	78	115%	34
Duque de Caxias	573.287.953,13	2	113%	37
Engenheiro Paulo de Frontin	13.033.906,27	85	104%	45
Guapimirim	40.315.952,58	42	145%	20
Iguaba Grande	22.784.854,35	57	127%	29
Itaboraí	88.685.016,61	20	91%	57
Itaguaí	88.306.123,38	21	104%	46
Italva	13.943.322,87	83	71%	78
Itaocara	20.043.756,98	61	89%	58
Itaperuna	49.555.555,54	37	75%	75
Itatiaia	30.281.790,17	49	-2%	91
Japeri	56.475.086,20	30	167%	12
Laje do Muriaé	12.089.232,69	87	93%	56
Macaé	536.166.375,80	3	478%	2
Macuco	11.680.964,55	90	105%	44
Magé	110.653.826,04	18	144%	22
Mangaratiba	55.798.290,56	31	114%	36
Maricá	61.357.556,93	28	162%	13
Mendes	14.370.408,72	82	120%	32
Mesquita *	56.904.041,36	29	69%	81

* Variação de Mesquita refere-se ao período 2004/2001

(cont.)

Receitas de 2004 e sua variação nos últimos seis anos (cont.)

Município	Receita Realizada em 2004	Ranking na receita realizada em 2004	Varição 2004/1999	Ranking crescimento 2004/1999
Miguel Pereira	22.925.335,13	55	88%	60
Miracema	19.497.852,06	60	107%	41
Natividade	16.991.054,01	69	81%	69
Nilópolis	61.575.906,05	29	97%	55
Niterói	454.898.723,69	4	107%	42
Nova Friburgo	106.712.826,71	20	55%	88
Nova Iguaçu	253.843.682,28	6	32%	90
Paracambi	39.798.469,61	53	189%	11
Paraíba do Sul	31.861.880,85	49	141%	23
Paraty	31.627.318,80	46	124%	30
Paty do Alferes	20.950.179,35	59	85%	62
Petrópolis	248.383.229,01	9	101%	50
Pinheiral	15.893.259,19	78	69%	80
Piraí	71.330.046,20	26	144%	21
Porciúncula	16.384.540,79	73	109%	39
Porto Real	40.475.994,54	63	403%	3
Quatis	14.433.876,07	85	114%	35
Queimados	55.473.588,91	32	104%	47
Quissamã	119.976.346,90	14	283%	5
Resende	121.494.479,68	17	128%	28
Rio Bonito	51.618.678,90	30	160%	14
Rio Claro	19.948.514,72	75	129%	26
Rio das Flores	17.537.873,60	74	149%	18
Rio das Ostras	320.745.281,30	5	785%	1
Santa Maria Madalena	16.978.266,56	70	79%	72
Santo Antônio de Pádua	29.071.224,96	50	103%	49
São Fidélis	28.819.113,83	51	103%	48
São Francisco de Itabapoana	38.624.717,90	39	156%	16
São Gonçalo	250.169.118,51	10	67%	83
São João da Barra	64.034.626,53	25	245%	7
São João de Meriti	165.873.078,89	12	81%	68
São José do Ubá	11.240.918,89	90	107%	40
São José do Vale do Rio Preto	21.157.797,90	56	101%	51
São Pedro d'Aldeia	50.694.860,18	35	154%	17
São Sebastião do Alto	13.244.628,67	83	86%	61
Sapucaia	15.152.242,83	80	68%	82
Saquarema	49.953.300,27	33	135%	24
Seropédica	41.743.643,61	44	133%	25
Silva Jardim	28.923.289,43	48	123%	31
Sumidouro	16.593.659,51	71	77%	74
Tanguá	19.910.525,02	66	100%	52
Teresópolis	126.771.132,28	15	97%	54
Trajano de Moraes	14.389.066,09	77	71%	77
Três Rios	49.691.815,33	37	107%	43
Valença	34.831.067,47	42	62%	87
Varre - Sai	12.588.410,29	86	110%	38
Vassouras	21.250.401,83	61	89%	59
Volta Redonda	250.177.039,47	7	47%	89
Média do Estado			135%	

Tabela 2 - Despesas de 2004 e sua variação nos últimos seis anos

Município	Despesa Realizada em 2004	Ranking na despesa realizada em 2004	Varição 2004/1999	Ranking crescimento 2004/1999
Angra dos Reis	213.838.684,12	11	121%	29
Aperibé	11.168.719,86	90	72%	75
Araruama	68.513.655,13	24	74%	70
Areal	16.677.016,69	81	101%	50
Armação de Búzios	89.564.854,42	21	348%	5
Arraial do Cabo	25.182.602,04	54	62%	84
Barra do Piraí	41.306.267,04	40	89%	60
Barra Mansa	118.717.087,04	17	68%	78
Belford Roxo	155.881.999,40	13	67%	80
Bom Jardim	18.839.876,58	63	44%	87
Bom Jesus do Itabapoana	28.023.165,53	53	104%	46
Cabo Frio	221.179.705,03	8	250%	9
Cachoeiras de Macacu	36.423.901,46	41	108%	43
Cambuci	17.292.406,67	68	80%	64
Campos dos Goytacazes	815.356.957,30	1	447%	3
Cantagalo	30.219.794,38	49	63%	82
Carapebus	50.228.379,98	30	293%	8
Cardoso Moreira	17.929.642,41	69	82%	62
Carmo	18.767.770,61	65	76%	69
Casimiro de Abreu	71.068.565,71	22	227%	11
Comendador Levy Gasparian	11.553.646,15	91	74%	72
Conceição de Macabu	20.507.922,58	60	146%	20
Cordeiro	16.552.888,94	76	152%	18
Duas Barras	14.531.984,87	78	80%	65
Duque de Caxias	578.329.337,18	3	115%	35
Engenheiro Paulo de Frontin	12.660.264,32	84	97%	53
Guapimirim	39.898.683,65	46	152%	19
Iguaba Grande	21.646.614,74	57	112%	40
Itaboraí	91.045.979,55	15	92%	56
Itaguaí	91.748.051,47	23	115%	36
Italva	13.743.256,19	74	79%	66
Itaocara	24.405.508,20	67	131%	24
Itaperuna	48.252.070,74	34	70%	76
Itatiaia	31.041.004,27	38	-4%	91
Japeri	51.648.250,42	39	135%	23
Laje do Muriaé	12.483.928,17	88	109%	42
Macaé	577.404.831,16	2	573%	2
Macuco	10.323.168,00	85	78%	67
Magé	125.551.247,22	19	157%	17
Mangaratiba	52.644.629,63	27	104%	47
Maricá	56.695.138,98	25	137%	22
Mendes	15.984.419,51	80	142%	21
Mesquita *	60.938.239,40	29	114%	37

* Variação de Mesquita refere-se ao período 2004/2001

(cont.)

Despesas de 2004 e sua variação nos últimos seis anos (cont.)

Município	Despesa Realizada em 2004	Ranking na	Variação 2004/1999	Ranking crescimento 2004/1999
		despesa realizada em 2004		
Miguel Pereira	26.082.147,35	55	116%	33
Miracema	19.852.387,89	59	125%	27
Natividade	15.352.908,71	61	67%	79
Nilópolis	59.992.949,73	32	81%	63
Niterói	454.436.418,14	4	107%	44
Nova Friburgo	101.026.282,79	20	33%	90
Nova Iguaçu	318.755.227,94	5	63%	83
Paracambi	35.217.956,31	52	161%	14
Paraíba do Sul	36.985.084,12	47	229%	10
Paraty	29.525.081,78	43	91%	58
Paty do Alferes	20.341.526,11	58	52%	86
Petrópolis	237.073.142,05	9	99%	51
Pinheiral	15.757.881,74	75	73%	74
Piraí	60.721.034,30	26	95%	54
Porciúncula	16.265.499,67	72	118%	32
Porto Real	40.867.989,79	62	418%	4
Quatis	16.127.302,53	89	123%	28
Queimados	58.208.501,08	35	120%	30
Quissamã	125.800.096,28	14	345%	6
Resende	122.182.540,22	18	114%	39
Rio Bonito	52.846.398,77	33	158%	16
Rio Claro	19.788.128,61	73	105%	45
Rio das Flores	19.080.395,48	79	207%	12
Rio das Ostras	361.725.900,30	6	979%	1
Santa Maria Madalena	17.804.707,81	66	95%	55
Santo Antônio de Pádua	28.144.596,45	50	98%	52
São Fidélis	25.452.340,58	51	88%	61
São Francisco de Itabapoana	35.147.422,56	42	129%	26
São Gonçalo	263.206.128,36	10	74%	71
São João da Barra	68.383.419,71	31	322%	7
São João de Meriti	158.818.353,61	12	74%	73
São José do Ubá	10.531.020,41	87	91%	57
São José do Vale do Rio Preto	21.820.183,58	56	110%	41
São Pedro d'Aldeia	52.712.351,18	36	177%	13
São Sebastião do Alto	13.217.883,69	82	89%	59
Sapucaia	14.948.016,80	83	64%	81
Squarema	48.997.998,04	28	131%	25
Seropédica	40.432.135,62	44	115%	34
Silva Jardim	31.072.907,76	48	161%	15
Sumidouro	16.604.197,94	71	78%	68
Tanguá	19.885.612,11	70	101%	49
Teresópolis	130.360.739,69	16	102%	48
Trajano de Moraes	14.425.454,84	77	70%	77
Três Rios	40.606.049,29	37	54%	85
Valença	32.634.224,74	45	42%	89
Varre - Sai	12.180.973,37	86	114%	38
Vassouras	23.672.644,96	64	119%	31
Volta Redonda	240.371.313,23	7	43%	88
Média do Estado			141%	

Tabela 3 - Carga tributária per capita em 2004

Município	Carga tributária per capita em 2004 (R\$)	Ranking de carga tributária per capita em 2004	IPTU per capita em 2004 (R\$)	Ranking de IPTU per capita em 2004	ISS per capita em 2004 (R\$)	Ranking de ISS per capita em 2004
Angra dos Reis	315,04	8	101,54	8	121,64	12
Aperibé	23,03	87	5,84	81	2,75	92
Araruama	162,87	22	63,55	17	26,04	39
Areal	201,23	16	31,11	25	129,39	11
Armação de Búzios	617,83	2	191,12	2	159,56	7
Arraial do Cabo	211,70	14	68,56	14	42,73	29
Barra do Pirai	70,57	43	16,83	52	25,57	41
Barra Mansa	101,71	33	25,81	28	55,83	24
Belford Roxo	29,17	82	9,84	70	10,49	74
Bom Jardim	43,78	63	6,68	80	11,64	68
Bom Jesus do Itabapoana	54,20	59	24,00	34	13,39	61
Cabo Frio	183,47	19	86,88	10	41,73	31
Cachoeiras de Macacu	62,41	54	18,12	48	32,01	38
Cambuci	30,11	81	7,90	76	7,95	82
Campos dos Goytacazes	70,10	45	22,02	41	42,83	28
Cantagalo	90,04	37	9,35	73	61,64	21
Carapebus	77,87	41	8,30	74	49,72	26
Cardoso Moreira	18,98	88	5,21	86	5,69	86
Carmo	26,74	84	5,32	84	11,72	67
Casimiro de Abreu	75,58	42	39,62	24	17,63	51
Comendador Levy Gasparian	91,84	35	7,21	79	56,96	23
Conceição de Macabu	25,13	86	11,79	61	7,49	83
Cordeiro	35,66	73	12,23	59	9,85	76
Duas Barras	35,26	74	7,60	78	12,56	64
Duque de Caxias	117,68	29	25,09	30	76,96	19
Engenheiro Paulo de Frontin	35,08	75	11,35	62	13,32	62
Guapimirim	97,64	34	22,48	38	55,24	25
Iguaba Grande	184,38	17	104,30	7	41,72	32
Itaboraí	64,50	51	5,22	85	12,36	65
Itaguaí	306,00	9	67,49	16	220,37	5
Italva	32,34	80	13,38	57	8,69	78
Itaocara	34,25	76	16,54	53	10,50	73
Itaperuna	70,42	44	25,70	29	22,44	45
Itatiaia	180,22	20	41,83	23	121,09	13
Japeri	33,18	79	1,99	92	13,70	60
Laje do Muriaé	25,56	85	2,02	91	16,14	55
Macaé	550,31	3	18,41	47	478,01	1
Macuco	117,67	30	47,88	20	40,64	33
Magé	60,65	55	15,27	55	35,06	36
Mangaratiba	798,54	1	189,99	3	385,10	2
Maricá	183,49	18	92,00	9	19,59	50
Mendes	64,04	52	7,90	77	20,97	47
Mesquita	42,63	66	16,51	54	11,57	69

(cont.)

Carga tributária per capita em 2004 (cont.)

Município	Carga tributária per capita em 2004 (R\$)	Ranking de carga tributária per capita em 2004	IPTU per capita em 2004 (R\$)	Ranking de IPTU per capita em 2004	ISS per capita em 2004 (R\$)	Ranking de ISS per capita em 2004
Miguel Pereira	139,33	27	51,50	18	57,07	22
Miracema	28,26	83	10,82	66	5,26	87
Natividade	36,26	72	10,93	65	12,60	63
Nilópolis	83,62	39	23,07	36	15,61	56
Niterói	504,22	5	212,97	1	144,86	8
Nova Friburgo	146,93	26	23,86	35	44,07	27
Nova Iguaçu	82,02	40	20,72	45	24,27	44
Paracambi	66,66	49	11,10	63	42,46	30
Paraíba do Sul	69,12	46	24,53	32	10,99	71
Paraty	223,66	13	75,25	12	65,23	20
Paty do Alferes	68,56	48	27,63	26	7,47	84
Petrópolis	289,27	10	110,32	6	100,70	15
Pinheiral	33,52	78	10,72	67	15,09	57
Piraí	251,39	11	46,64	21	133,79	9
Porciúncula	65,46	50	26,08	27	9,50	77
Porto Real	149,73	24	22,36	39	108,79	14
Quatis	115,34	31	20,79	44	16,32	53
Queimados	43,23	64	9,78	72	22,39	46
Quissamã	165,85	21	21,15	43	131,19	10
Resende	148,57	25	42,79	22	79,37	18
Rio Bonito	345,31	7	20,63	46	280,21	3
Rio Claro	38,71	70	13,90	56	10,50	72
Rio das Flores	114,39	32	9,83	71	82,53	17
Rio das Ostras	531,95	4	86,28	11	250,46	4
Santa Maria Madalena	34,13	77	5,78	82	4,59	89
Santo Antônio de Pádua	53,51	60	22,53	37	14,71	59
São Fidélis	42,11	67	17,34	50	5,87	85
São Francisco de Itabapoana	41,16	68	11,79	60	8,15	81
São Gonçalo	63,62	53	22,16	40	17,50	52
São João da Barra	84,10	38	16,95	51	35,02	37
São João de Meriti	49,80	61	17,38	49	10,43	75
São José do Ubá	40,39	69	8,27	75	24,38	43
São José do Vale do Rio Preto	49,56	62	10,53	68	14,83	58
São Pedro d'Aldeia	118,06	28	50,51	19	20,83	48
São Sebastião do Alto	15,23	90	3,44	88	4,10	90
Sapucaia	38,27	71	9,98	69	11,42	70
Saquarema	150,40	23	68,10	15	20,64	49
Seropédica	68,99	47	12,99	58	25,74	40
Silva Jardim	58,07	56	5,74	83	24,92	42
Sumidouro	11,44	92	2,45	89	3,86	91
Tanguá	42,95	65	10,96	64	8,20	80
Teresópolis	204,06	15	72,69	13	39,86	35
Trajano de Morais	16,44	89	2,31	90	8,53	79
Três Rios	91,70	36	24,03	33	40,27	34
Valença	57,50	57	24,62	31	16,25	54
Varre - Sai	14,14	91	4,04	87	4,62	88
Vassouras	54,70	58	21,99	42	12,02	66
Volta Redonda	230,70	12	113,29	5	91,28	16
Média do Estado	231,70		114,29		92,28	

Tabela 4 - Custeio per capita em 2004

Município	Custeio per capita em 2004 (R\$)	Ranking de custeio per capita em 2004
Angra dos Reis	1.351,45	22
Aperibé	1.224,91	26
Araruama	670,37	64
Areal	1.415,84	17
Armação de Búzios	3.091,43	4
Arraial do Cabo	827,22	52
Barra do Piraí	376,01	84
Barra Mansa	610,83	69
Belford Roxo	313,06	88
Bom Jardim	744,55	57
Bom Jesus do Itabapoana	727,87	58
Cabo Frio	1.083,81	31
Cachoeiras de Macacu	651,09	66
Cambuci	1.037,73	33
Campos dos Goytacazes	1.642,94	11
Cantagalo	1.379,23	21
Carapebus	4.541,95	2
Cardoso Moreira	1.347,57	23
Carmo	1.149,82	28
Casimiro de Abreu	2.605,27	5
Comendador Levy Gasparian	1.286,78	25
Conceição de Macabu	866,99	48
Cordeiro	832,39	50
Duas Barras	1.294,88	24
Duque de Caxias	627,97	68
Engenheiro Paulo de Frontin	915,21	42
Guapimirim	825,34	54
Iguaba Grande	1.039,89	32
Itaboraí	385,59	83
Itaguaí	964,14	37
Italva	1.086,57	30
Itaocara	846,84	49
Itaperuna	498,16	78
Itatiaia	980,61	35
Japeri	375,23	85
Laje do Muriaé	1.390,82	20
Macaé	2.405,16	6
Macuco	1.961,43	9
Magé	457,57	81
Mangaratiba	1.574,71	13
Maricá	513,26	77
Mendes	746,90	55
Mesquita	296,12	91

(cont.)

Custeio per capita em 2004 (cont.)

Município	Custeio per capita em 2004	Ranking de custeio per capita em 2004
Miguel Pereira	902,10	43
Miracema	655,31	65
Natividade	916,06	41
Nilópolis	330,52	87
Niterói	926,56	40
Nova Friburgo	527,83	76
Nova Iguaçu	297,21	90
Paracambi	575,30	73
Paraíba do Sul	643,60	67
Paraty	825,42	53
Paty do Alferes	717,99	60
Petrópolis	713,85	61
Pinheiral	678,28	63
Piraí	2.038,95	8
Porciúncula	942,67	39
Porto Real	1.878,87	10
Quatis	1.093,41	29
Queimados	344,46	86
Quissamã	6.589,99	1
Resende	899,78	44
Rio Bonito	952,95	38
Rio Claro	888,43	45
Rio das Flores	1.587,06	12
Rio das Ostras	3.549,27	3
Santa Maria Madalena	1.442,28	15
Santo Antônio de Pádua	572,72	74
São Fidélis	602,06	71
São Francisco de Itabapoana	745,49	56
São Gonçalo	259,52	92
São João da Barra	2.079,39	7
São João de Meriti	301,02	89
São José do Ubá	1.544,24	14
São José do Vale do Rio Preto	887,91	46
São Pedro d'Aldeia	593,95	72
São Sebastião do Alto	1.424,10	16
Sapucaia	718,72	59
Saquarema	686,50	62
Seropédica	479,14	79
Silva Jardim	1.187,69	27
Sumidouro	978,71	36
Tanguá	603,33	70
Teresópolis	829,83	51
Trajano de Moraes	1.402,51	18
Três Rios	470,62	80
Valença	400,39	82
Varre - Sai	1.393,26	19
Vassouras	552,58	75
Volta Redonda	874,97	47
Média do Estado	875,97	

Tabela 5 - Investimento per capita e grau de investimento em 2004

Discriminação	Investimento per capita (R\$)	Ranking de investimento per capita em 2004	Grau de investimento	Ranking de grau de investimento em 2004
Angra dos Reis	210,20	19	12,1%	32
Aperibé	15,65	87	1,2%	89
Araruama	43,29	73	5,8%	62
Areal	133,35	28	9,3%	50
Armação de Búzios	930,44	5	27,4%	7
Arraial do Cabo	116,92	33	12,0%	33
Barra do Piraí	47,71	67	10,6%	44
Barra Mansa	43,38	71	6,4%	56
Belford Roxo	15,40	88	4,6%	77
Bom Jardim	50,79	65	6,3%	58
Bom Jesus do Itabapoana	59,41	57	8,3%	51
Cabo Frio	354,45	9	24,0%	9
Cachoeiras de Macacu	24,05	86	3,2%	84
Cambuci	124,52	30	10,4%	45
Campos dos Goytacazes	265,65	14	14,8%	22
Cantagalo	59,91	56	4,1%	78
Carapebus	471,27	8	10,8%	41
Cardoso Moreira	75,95	46	5,3%	69
Carmo	28,02	84	2,4%	87
Casimiro de Abreu	157,07	23	5,7%	65
Comendador Levy Gasparian	65,85	53	4,6%	74
Conceição de Macabu	168,92	22	17,8%	19
Cordeiro	14,18	90	1,7%	88
Duas Barras	51,44	62	3,6%	81
Duque de Caxias	68,24	51	9,9%	48
Engenheiro Paulo de Frontin	117,20	32	11,0%	38
Guapimirim	100,86	36	10,8%	42
Iguaba Grande	68,97	50	5,7%	64
Itaboraí	45,66	70	10,8%	40
Itaguaí	35,94	80	3,7%	80
Italva	8,69	92	0,8%	91
Itaocara	188,08	20	21,6%	13
Itaperuna	25,03	85	4,6%	75
Itatiaia	50,82	64	4,9%	71
Japeri	184,62	21	30,2%	6
Laje do Muriaé	143,39	27	9,7%	49
Macaé	1.309,84	3	37,1%	2
Macuco	306,40	10	11,9%	34
Magé	91,19	40	18,7%	17
Mangaratiba	263,21	15	13,4%	27
Maricá	94,13	38	14,1%	23
Mendes	145,76	26	17,9%	18
Mesquita	43,34	72	13,7%	25

(cont.)

Investimento per capita e grau de investimento em 2004 (cont.)

Discriminação	Investimento per capita (R\$)	Ranking de investimento per capita em 2004	Grau de investimento	Ranking de grau de investimento em 2004
Miguel Pereira	87,28	42	10,0%	47
Miracema	51,79	61	7,5%	54
Natividade	67,72	52	6,1%	61
Nilópolis	48,31	66	11,9%	36
Niterói **	9,95	91	1,0%	90
Nova Friburgo	30,97	83	5,1%	70
Nova Iguaçu	83,73	43	27,0%	8
Paracambi	223,74	18	23,9%	11
Paraíba do Sul	291,20	11	35,8%	3
Paraty	73,19	47	7,5%	53
Paty do Alferes	37,51	78	4,8%	73
Petrópolis	37,75	77	4,6%	76
Pinheiral	40,18	75	5,5%	66
Piraí	488,41	7	16,2%	21
Porciúncula	33,30	81	3,4%	83
Porto Real	938,50	4	33,2%	4
Quatis	262,48	16	21,3%	14
Queimados	90,31	41	21,8%	12
Quissamã	1.621,15	2	20,7%	15
Resende	72,17	49	6,8%	55
Rio Bonito	63,03	54	6,4%	57
Rio Claro	232,31	17	20,4%	16
Rio das Flores	692,37	6	32,5%	5
Rio das Ostras	4.356,45	1	62,1%	1
Santa Maria Madalena	274,29	12	16,6%	20
Santo Antônio de Pádua	91,59	39	13,1%	28
São Fidélis	36,75	79	4,8%	72
São Francisco de Itabapoana	32,25	82	3,8%	79
São Gonçalo	15,19	89	5,8%	63
São João da Barra	272,33	13	12,1%	31
São João de Meriti	38,39	76	10,7%	43
São José do Ubá	41,99	74	2,5%	86
São José do Vale do Rio Preto	126,19	29	12,7%	30
São Pedro d'Aldeia	96,25	37	14,0%	24
São Sebastião do Alto	81,07	44	5,3%	68
Sapucaia	45,81	69	5,5%	67
Saquarema	113,60	35	13,6%	26
Seropédica	72,74	48	12,8%	29
Silva Jardim	150,45	25	11,9%	35
Sumidouro	116,02	34	10,3%	46
Tanguá	79,80	45	11,6%	37
Teresópolis	53,03	59	6,1%	60
Trajano de Moraes	50,85	63	3,4%	82
Três Rios	52,66	60	8,0%	52
Valença	54,81	58	10,9%	39
Varre - Sai	47,54	68	3,1%	85
Vassouras	154,63	24	23,9%	10
Volta Redonda	61,94	55	6,3%	59
Média do Estado	125,50		15,3%	

** Não foi possível identificar os investimentos de CLIN, EMUSA e NELTUR no município de Niterói.